

"Nossa luta, nossa história, nosso patrimônio político".

Posicionamentos Políticos do CRESS-MG no Triênio 2014-2017

CRESS-MG repudia censura da BHTrans para divulgar Campanha do Dia do/a Assistente Social

NOTA DE REPÚDIO DO CRESS-MG EM FACE DA NEGATIVA DA CBTU E BHTRANS EM DIVULGAR A CAMPANHA DO DIA DO/A ASSISTENTE SOCIAL

Como em todos os anos, o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Serviço Social de todo o Brasil comemoram o dia 15 de maio com uma campanha aprovada no fórum máximo de deliberação das entidades, o Encontro Nacional CFESS-CRESS, realizado anualmente, no mês de setembro.

Na última edição, foi definido que a campanha de 2014 seria elaborada a partir da temática "Serviço Social na defesa do direito à cidade no contexto dos megaeventos". Os materiais de divulgação foram encaminhados para todos os CRESS do país para divulgação externa.

Pelo terceiro ano, o CRESS-MG optou por divulgar busdoors nos ônibus e metrô de Belo Horizonte que têm como mote a frase "Na Copa, comemorar o quê?", e imagens de cenas cotidianas, vivenciadas por todos nós, como enfrentar um ônibus lotado ou uma grande fila de espera para atendimento em um posto de saúde.

Tendo em vista a NEGATIVA da Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte (BHTrans) e da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) de veicular os materiais alusivos à Campanha do Dia do/a Assistente Social nos ônibus e no metrô da capital mineira, manifestamos nosso profundo descontentamento com tal atitude, considerando que o conteúdo abordado se trata de um contexto social defendido pelo Serviço Social Brasileiro, que por sua vez, atua efetivamente nos fundamentos filosóficos e ideológicos da categoria profissional, no país inteiro.

O material alerta que não há o que se comemorar com a Copa do Mundo e, também, reafirma a necessidade urgente de três direitos garantidos pela Constituição Federal de

1988, e que não são priorizados pelo poder público, a saber: Saúde, Transporte e Moradia!

Portanto, reafirmamos nosso posicionamento:

NA COPA, COMEMORAR O QUÊ?

NOSSO GRITO É POR "SAÚDE PÚBLICA DE QUALIDADE, TRANSPORTE PÚBLICO DE QUALIDADE E POR MORADIA DIGNA"



Conheça a Campanha do Dia do/a Assistente Social.

Nota de apoio à greve geral dos servidores municipais de BH

A defesa por condições adequadas de trabalho é uma bandeira permanente do Conjunto CFESS-CRESS, tanto em relação aos assistentes sociais, como a toda classe trabalhadora.

Nesse sentido, o CRESS-MG vem a público manifestar seu apoio à greve geral dos servidores municipais de Belo Horizonte, iniciada no dia 7 de maio, ciente de que toda a valorização do trabalhador e de suas condições de trabalho reflete diretamente no serviço oferecido aos cidadãos.

O que chama a atenção nesta paralisação é a adesão de mais de 80% dos trabalhadores da Assistência Social e das Políticas Sociais. São pelo menos 400 servidores paralisados, o que caracteriza a maior greve da área. Esses trabalhadores já vinham apontando as péssimas condições de trabalho e a precarização dos serviços ofertados à população há algum tempo.

Entre as reivindicações dos servidores, destacam-se o reajuste salarial de 15%, o aumento do vale-alimentação para R\$28, além de demandas específicas de cada área. A diferença de salários na Prefeitura também é ponto de debate.

Atualmente, dos mais de 45 mil servidores, cerca de 60% ganham de um salário mínimo a R\$ 3 mil. Enquanto isso, pouco mais de 600 servidores (cerca de 1% do total) possuem remuneração superior a R\$ 15 mil por mês.

Desde 7 de maio, estão paralisados os trabalhadores lotados na Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social, Centros de Referência de Assistência Social (BH Cidadania/Cras) e os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas). Outros órgãos, como o Conselho Municipal de Assistência Social, os Conselhos Municipais de Direitos ligados às políticas sociais e o Plantão Social do Migrante, que funciona na rodoviária, também aderiram à paralisação.

30 horas para trabalhadores da Assistência Social

Outra pauta de reivindicação dos trabalhadores da Assistência Social e das Políticas Sociais é a redução da carga horária de 40 para 30 horas semanais. Como é sabido, os assistentes sociais são regidos pela Lei 8.662/93, que regula a profissão, tendo sido alterada pela Lei 12.317/10, estabelecendo jornada de trabalho em 30 horas semanais.

Essa reivindicação tem agregado outros profissionais da política de Assistência Social e da Secretaria de Políticas Sociais como Psicólogos, Sociólogos, Filósofos, bem como

assistentes sociais de outras políticas, mas que atuam com a denominação de Técnico Superior ou Analista de Políticas Públicas, não tendo assim seus direitos garantidos.

Novamente o apoio do CRESS-MG se faz presente, visto que a luta pela implantação da Lei 8.662/93, que prevê que jornadas de trabalho de assistentes sociais sejam reduzidas para 30 horas por semana, sem redução salarial, já é parte dos compromissos assumidos pelo Conjunto CFESS-CRESS.

Entretanto, o que a categoria argumenta é que, com a Prefeitura, não há muito diálogo a respeito do tema. Só da parte do Sindicato dos Servidores Públicos de Belo Horizonte (Sindibel) existem mais de 15 ações contra a Prefeitura, pela implantação da lei.

Desta forma, ressaltamos o descaso do município com o cumprimento da lei e com a valorização de seus trabalhadores e, ainda, reforçamos o apoio do CRESS-MG, lembrando que essas demandas representam não só a reivindicação dos servidores da Prefeitura de Belo Horizonte, mas de toda a classe trabalhadora.

Dados numéricos e percentuais extraídos do comunicado do Sindibel

CRESS-MG lança nota de apoio às ocupações urbanas de Belo Horizonte



Ao longo dos últimos cinco anos, a gestão municipal de Belo Horizonte tem se recusado sistematicamente a atender, e sequer ouvir, as demandas de moradores das ocupações urbanas da cidade.

Esses trabalhadores e trabalhadoras clamam pelo direito à moradia. Pelo direito a poder ter onde descansar, após 6, 8 ou mais horas diárias de trabalho. Pelo direito de se deitarem sem o medo de serem despejados a qualquer momento.

O Poder Público e a grande mídia devem deixar de tratá-los como invasores. Assim como eles reclamam seus direitos, querem poder cumprir seus deveres. Querem água encanada e eletricidade e querem pagar por isso.

Diante da indiferença da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e do risco iminente de despejo, no dia 2 de julho, centenas de moradores de doze ocupações da cidade, resolveram permanecer nos prédios da Advocacia Geral do Estado (AGE), Companhia Urbanizadora e de habitação do Estado (Urbel) e a Prefeitura de Belo Horizonte (PBH).

A ação durou dois dias, dos quais, por pelo menos 24h, os protestantes foram submetidos a jejum forçado - inclusive crianças, visto que a Polícia Militar barrou a entrada de alimentos nos prédios públicos ocupados.

Ao fim do protesto, conseguiu-se, por meio de determinação judicial, o agendamento de uma reunião, na última quinta-feira, 10 de julho, entre representantes das ocupações e a Superintendência de Desenvolvimento da Capital (Sudecap), Secretaria Municipal Adjunta de Planejamento Urbano (Smapu) e a Secretaria Municipal Adjunta de Regulação Urbana (Smaru).

A PBH não compareceu à reunião, que teria, ainda, a presença do Ministério Público. Diante disso, dezenas de moradores e moradoras das comunidades saíram, na tarde de ontem, em protesto pelo desrespeito e completa falta de compromisso desta administração.

Para o dia 17 de julho, está marcada uma reunião com o Governo do Estado, o que assegura também não ocorrer nenhum despejo até a data.

Perante o descaso do Poder Público frente às demandas das ocupações urbanas de Belo Horizonte, o Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais (CRESS-MG) reitera o apoio a estes trabalhadores e trabalhadoras, exigindo o cumprimento do direito à cidade, previsto na Constituição Federal, que determina, além do direito à moradia digna, o acesso à saúde, educação, transporte e saneamento básico.

Certo de que esses cidadãos cumprem com a função social da propriedade, prevista pelo Estatuto da Cidade, de 10 de julho de 2001, este Conselho acredita e defende um modelo de cidade para todos e todas, que aponte para o atendimento das necessidades humanas, ao contrário da lógica imposta pelo capitalismo, e, finalmente, corrobora com a máxima:

"Enquanto morar for um privilégio, ocupar é um direito."

Belo Horizonte, 14 de julho de 2014.

CRESS-MG lança Nota de Apoio às Ocupações do Isidoro

NOTA DE APOIO ÀS OCUPAÇÕES DO ISIDORO

O Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais, entendendo que deve defender de forma intransigente os artigos fundamentais do Código de Ética profissional, vem a público manifestar apoio às oito mil famílias das ocupações Vitória, Rosa Leão e Esperança, localizadas na mata do Isidoro, região metropolitana de Belo Horizonte. As referidas ocupações encontram-se com ordem de despejo determinada judicialmente, conforme comunicado oficial do Estado de Minas Gerais, e posteriores veiculações na mídia.

Estas ocupações existem há cerca de um ano e têm o apoio de várias instituições, universidades públicas e privadas e movimentos sociais, como as Brigadas Populares, a Comissão Pastoral da Terra Minas Gerais e o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas. Hoje as comunidades possuem planejamento urbanístico e formas de participação popular através de espaços democráticos de decisões. Estas ações demonstram que é possível lutar por um espaço urbano que garanta a organização social e os direitos fundamentais.

O CRESS-MG vem acompanhando, através de reuniões, o processo jurídico referente às ocupações do Isidoro. No dia 24 de julho, aconteceu uma reunião onde estavam presentes o CRESS-MG, Tribunal de Justiça, Defensoria Pública, Ministério Público, SEDS, URBEL, Polícia Militar, Universidades e Movimentos Sociais. O Ministério Público apresentou as inconsistências jurídicas que envolvem o conflito, afirmando que nunca teve vistas das ações de reintegração de posse que correm em desfavor das comunidades e informou que ajuizou Ação Civil Pública devido à ausência de substrato jurídico sólido que justifique um despejo forçado. Ressaltando inclusive o fato de não ter sido realizada, até o momento, perícia para que se definam os limites da área objeto de reintegração de posse.

Foram deliberados como encaminhamentos a continuidade do diagnóstico social que já vinha sendo realizado pelo Serviço Social do Centro Universitário UNA, através do projeto de extensão "Ocupando Direitos" e agendada nova reunião de continuidade da negociação para o mês de setembro de 2014, inclusive com a devolutiva do relatório do diagnóstico social. Entretanto, em reunião oficial realizada no dia 07 de agosto foi informado pelo 13º batalhão da Polícia Militar de Belo Horizonte que o despejo das 8 mil famílias irá ocorrer nos próximos 15 dias, descumprindo assim o acordo realizado de se ter uma nova reunião no mês de setembro.

É importante ressaltar que o conflito atual vivido pelas ocupações do Isidoro não é um problema restrito a esta ocupação. No Estado de Minas Gerais existe um déficit habitacional expressivo. Em contrapartida existem inúmeros terrenos que não cumprem sua função social, conforme preconizado na Constituição de 88 e no Estatuto das Cidades, servindo assim à especulação imobiliária. Despejos de tamanha envergadura, como o que está determinado nas ocupações do Isidoro, não devem ser realizados sem que se esgotem todas as possibilidades de conciliação e que se apresentem alternativa digna de moradia. O CRESS reafirma a importância deste e de outros conflitos sociais, que evidenciam as contradições de classe determinadas historicamente, serem enfrentados na perspectiva da garantia aos direitos fundamentais e não da forma repressiva com que o Estado os tem tratado.

Entendendo que a categoria deve estar comprometida com os setores populares e com a defesa dos direitos humanos, o Conselho conclama os profissionais a apoiarem esta luta social em defesa da universalização de acesso a bens e serviços com vistas à construção de uma sociedade justa e igualitária, conforme o projeto ético político da profissão.

Belo Horizonte, 8 de agosto de 2014.

Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais (CRESS-MG)

Gestão Seguindo na Luta - Pelo fortalecimento da categoria em defesa do projeto Ético-Político (2014-2017)

Desconstruir a proibição de drogas para fundar uma política singular e cidadã



Desconstruindo a proibição:
por uma política de drogas singular e cidadã

Após dois dias articulando debates e rodas de conversas no 2º Seminário Desconstruindo a Proibição - Por uma Política de Drogas, a Frente Mineira de Drogas e Direitos Humanos, a qual o CRESS-MG faz parte, marcou seu posicionamento diante do grave problema da guerra às drogas vigentes no país através de uma carta produzida ao final do evento, realizado nos dias 9 e 10 de outubro.

Confira abaixo o conteúdo do documento!

CARTA DE BELO HORIZONTE

II Seminário da Frente Mineira sobre Drogas e Direitos Humanos.

Desconstruir a proibição para fundar uma política singular e cidadã: nosso percurso de trabalho.

Ao se inserir no debate e inventar-se como ator e interlocutor político, o coletivo que compõe a Frente Mineira sobre Drogas e Direitos Humanos assumiu, entre outras responsabilidades, a tarefa de provocar o pensamento, de questionar o paradigma proibicionista por reconhecer no mesmo a sede de danos colaterais, de consequências letais e custos sociais. Muito mais prejudicial que o consumo, a guerra às drogas é responsável por um alarmante número de mortes de jovens pobres e negros, sendo ainda, a causa do vertiginoso e vergonhoso encarceramento, também de jovens pobres e negros.

Desde então, continuamos a testemunhar e a denunciar os efeitos perversos desta política, evidenciando que sua opção bélica se opõe à civilização e produz mais sofrimento. Daí, a inadiável necessidade de superá-la, também como condição para o avanço da democracia.

O trabalho militante deste coletivo, contudo, não se restringiu à importante e necessária constituição de um espaço de debate, capaz de abrir fissuras no discurso totalitário da proibição. Nosso compromisso cidadão nos levou à atuação em outras frentes que continuam a produzir desdobramentos e ressonâncias, demonstrando que, se por um lado o empuxo à exclusão se mantém, por outro, a luta em defesa da vida não se arrefeceu!

Lembraremos aqui algumas intervenções empreendidas pela Frente em parceria com outros movimentos sociais, na sustentação do compromisso de incluir a todos, de construir modos de fazer caber as diferenças no espaço da cidadania.

Tomamos posição e denunciemos por meses e a diferentes órgãos públicos e à imprensa, as arbitrárias e violentas ações de recolhimento de pertences dos que vivem nas ruas, solução higienista, levada a cabo pelo poder público municipal.

E nos colocamos como parceiros, assumindo com outras entidades a denúncia sobre o fechamento do Migulim, espaço criado em 1993 para acolhimento dos meninos e meninas em situação de rua, que encontrou na burocracia o limite para a continuidade de seu trabalho. Desde o início deste ano, o Migulim fechou suas portas e esse público foi exposto, pelo poder público, a situações de maiores vulnerabilidades.

O último desdobramento desta ação alcançou a Câmara de Vereadores, implicando, portanto, o legislativo municipal que por não poder olvidar esta realidade, torna-se, também, responsável pela necessária superação dessa indigna e violenta condição ou por sua indesejável manutenção.

E, onde a droga surgia como álibi para o seqüestro de direitos, na prática das internações compulsórias e involuntárias, adotadas como solução mágica para o mal-estar e o risco, a Frente soube tomar posição e convocar outros a assumirem suas decisões. A audiência pública na Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa ressoou além dos limites do parlamento, e a Procuradoria Estadual e o Ministério Público tornaram-se destinatários destas denúncias e aos mesmos compete uma tomada de posição. Apesar das conversas iniciadas e com bons augúrios, ainda não conseguimos concretizar ações com essas entidades.

E da aliança universidade e gestão municipal eis que surge outro obstáculo. Num gesto autoritário o poder público de Belo Horizonte impõe uma formação aos profissionais, absolutamente contrária aos princípios e à prática da rede. Quando trabalhadores buscam recursos para construir uma clínica solidária ao sofrimento, gestores e acadêmicos, alheios ao cuidado, inexperientes, com discursos vaidosos e onipotentes,

reapresentam a exclusão, o preconceito e o simplismo como inovações tecnológicas. Lamentável e repudiável decisão!

Neste seminário registramos nosso repúdio a outra ação de violação de direitos: a Recomendação 26/2014 da 23ª Promotoria Cível da Infância e Juventude de Belo Horizonte que, ao introduzir notificações compulsórias dos casos de gestantes usuárias de drogas enseja a adoção de práticas de violação de direitos humanos e endossa o seqüestro do direito à maternagem.

Nacionalmente, a Frente também tem atuado, pressionando a Câmara Federal e Senado, posicionando-se contrário ao Projeto de Lei do deputado Osmar Terra, através de manifestos, articulações com as entidades antiproibicionistas e antimanicomiais, reuniões com os gestores federais, culminando, até o momento, no adiamento da sua votação nas Comissões do Senado.

Outra ação de âmbito nacional foi o posicionamento firme e claro da Frente, enviado ao Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas – CONAD, contrário à proposta de regulamentação das Comunidades Terapêuticas, em especial, no que diz respeito ao financiamento público das mesmas.

Continuamos a testemunhar, a denunciar e a intervir sobre processos que reeditam a obsoleta fórmula da exclusão para questões sociais, no entanto, nem tudo, foi só resistência. Também assistimos e comemoramos conquistas.

Do debate sobre as aplicações terapêuticas da maconha, diálogo que desfaz brumas e monstros, ainda que não esgote nem conclua a questão, sinaliza um avanço. É preciso, contudo, manter a disposição para a subversão de todo o paradigma, rompendo, enfim, com a demonização de todas as drogas, para assim inscrever a relação droga-sujeito e droga-sociedade nos limites dados pelo laço social e pela cultura. É isto o que aponta o Uruguai e sua corajosa decisão; também é o que nos apontam os estados do Colorado e Washington que legalizaram o uso da maconha e os outros 23 estados estadunidenses que regulamentaram o uso terapêutico da mesma.

Apostando no avanço deste debate e na conquista de outra inscrição jurídica, declaramos nosso apoio à proposta legislativa de iniciativa popular – SUG 8, que propõe a regulação da maconha no Brasil.

Registramos, ainda e com orgulho, a articulação entre luta antimanicomial e antiproibicionista que, na última edição da Marcha da Maconha em Belo Horizonte,

assumiram sua parceria e ocuparam as ruas da cidade para sustentar a inadequação de duas ditaduras: a da razão e a da moral.

Avancemos! Adiante, rumo à desconstrução do proibicionismo.

Para que nossa futura Carta do próximo seminário não tenha que reeditar as mesmas propostas, esperamos e apostamos que o novo governo estadual eleito saiba fazer a diferença na política de drogas, subvertendo o modelo e a prática do governo que se encerra e que tanto trabalhou e contribuiu para ampliar a intolerância, o estigma e o preconceito contra os usuários de drogas; que tantos recursos investiu e destinou às instituições e práticas segregativas e violadoras de direitos; que na política de drogas, sempre se comprometeu com a privatização dos serviços e recursos públicos.

O que esperamos e desejamos do governo estadual que se iniciará é que o mesmo saiba sustentar e fazer valer o direito à cidadania para todos, ousando romper com as políticas de exclusão e segregação para instaurar em Minas Gerais e dar exemplo ao país, de uma política que, verdadeiramente, se oriente e se comprometa com a liberdade e com os direitos humanos para os que usam e abusam de drogas. Uma política de paz e não de guerra! Uma política para os homens e suas dores e prazeres. Uma política cidadã, singular e solidária.

Belo Horizonte, 10 de outubro de 2014

CRESS-MG convoca categoria para apoiar PL do piso salarial

O CRESS-MG convoca toda a categoria para assinar uma petição online referente ao Projeto de Lei pelo piso salarial de assistentes sociais. O abaixo-assinado é uma iniciativa do CFESS e já conta com mais de 42 mil assinaturas. A ideia é chegar a 50 mil assinaturas e então encaminhá-lo ao Congresso Nacional, como forma de pressionar a aprovação e a sanção do PL.

O PL nº 5278/2009 tramita na Câmara dos Deputados e institui o piso salarial de R\$ 3.720,00 (a ser reajustado no mês da publicação da lei) para uma jornada de trabalho semanal de 30 horas para assistentes sociais no Brasil.

O piso salarial é um direito pelo qual a categoria, que tanto atua para garantir o acesso a direitos e a políticas públicas pela população usuária do serviço social, está na luta, diante do grande número de profissionais que recebem baixos salários, em um sistema capitalista que precariza as condições de trabalho.

A participação de assistentes sociais e de estudantes de Serviço Social de todo o Brasil é essencial para garantir a divulgação e a coleta do maior número possível de assinaturas.

[Clique aqui para assinar!](#)

CRESS-MG se posiciona contrário a recentes recomendações do MP



A Comissão de Saúde do CRESS-MG participou, no dia 15 de janeiro, da reunião do Conselho Municipal de Saúde de Belo Horizonte que teve como objetivo se posicionar frente às duas recomendações expedidas ano passado, pela 23ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude Cível de Belo Horizonte.

As medidas orientam os profissionais da saúde a encaminharem os bebês de usuárias de álcool ou outras drogas para abrigos, até que a situação da mãe seja resolvida. Além de intimidar as gestantes a procurarem os centros de saúde, tais recomendações ameaçam a atuação dos profissionais, que se veem obrigados a delatar as usuárias.

Na reunião de ontem, as Defensorias Públicas Federal e Estadual apresentaram um documento contrário à posição do Ministério Público de Minas Gerais, contendo orientações aos profissionais da área da saúde de como proceder em casos de mães com dependência química.

[Confira aqui o documento.](#)

O documento será encaminhado aos Ministérios da Saúde e do Desenvolvimento Social e a diversas entidades municipais e estaduais de atenção à criança e à mulher. Desde o início da semana, profissionais de saúde da capital, como psicólogos e assistentes sociais, decidiram desacatar as recomendações do MP, alegando violação dos direitos humanos dos envolvidos e desrespeito à atuação profissional.

Manifesto

No início de dezembro, o CRESS-MG assinou um manifesto para reivindicar a imediata suspensão das recomendações da Promotoria da Infância e Juventude de Belo Horizonte. O documento também foi assinado por entidades e instituições em defesa dos direitos humanos de crianças, adolescentes e mulheres.

"Recomendamos que: os casos avaliados como de risco tanto para a mulher quanto para os recém-nascidos, sejam encaminhados para acompanhamento, e que o acolhimento institucional, bem como a adoção só sejam solicitados ao poder judiciários, após esgotadas todas as possibilidades de permanência da criança junto à família de origem ou família extensa."

(Trecho do Manifesto)

[Leia aqui o Manifesto!](#)

O CRESS-MG reafirma seu posicionamento contrário às disposições postas nas referidas recomendações do MP. Assim, convocamos as/os assistentes sociais a se manterem firmes na defesa dos princípios e prerrogativas profissionais estabelecidos pelo Código de Ética Profissional e se posicionando de forma contrária a quaisquer práticas punitivas e moralizantes e que não coadunam com o universalismo dos direitos humanos defendidos pela profissão.

CRESS-MG participa de reunião com MP e reafirma posição contrária a Recomendações 5 e 6/2014



Nesta quarta-feira, 25 de fevereiro, o CRESS-MG participou de uma reunião convocada pelo Ministério Público para discutir os desdobramentos da Recomendação 05/2014, que trata da comunicação à Vara da Infância e da Juventude dos casos de recém-nascidos de mães usuárias de drogas.

O convite foi feito por assistentes sociais que atuam em maternidades de Belo Horizonte. Também estavam presentes promotores e conselheiros tutelares.

Na ocasião, o Conselho reafirmou seu posicionamento contrário às recomendações 05 e 06/2014 e reiterou o compromisso de se manter atuante nos espaços de debate que envolvem o assunto.

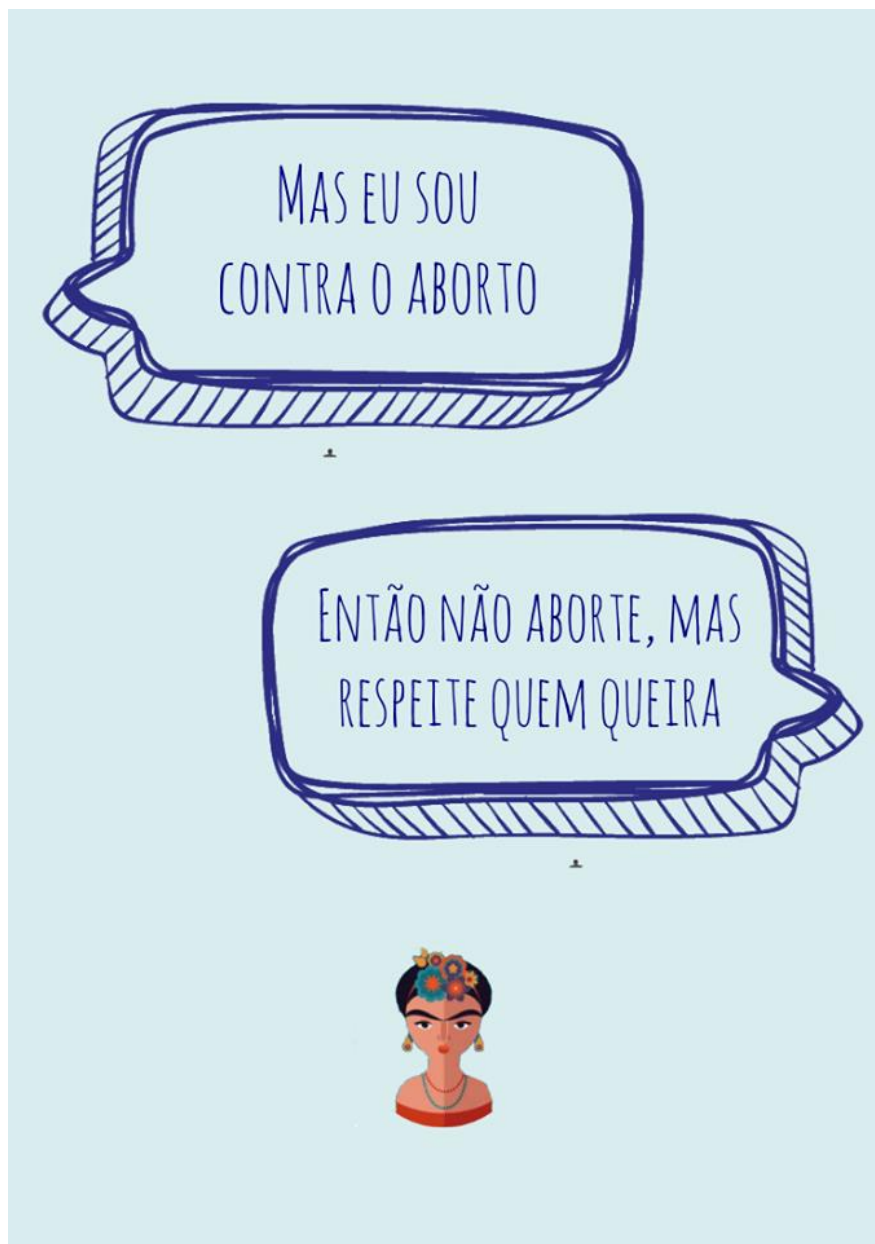
Em dezembro de 2014, entidades como o CRESS-MG e instituições em defesa dos direitos humanos de crianças, adolescentes e mulheres assinaram um manifesto reivindicando a imediata suspensão das medidas visto que estas ferem os direitos humanos.

[Leia aqui o manifesto.](#)

O CRESS-MG reafirma seu posicionamento contrário às disposições postas nas referidas recomendações do MP. Assim, convocamos as/os assistentes sociais a se manterem firmes na defesa dos princípios e prerrogativas

profissionais estabelecidos pelo Código de Ética Profissional e se posicionando de forma contrária a quaisquer práticas punitivas e moralizantes e que não coadunam com o universalismo dos direitos humanos defendidos pela profissão.

"Você é contra ou a favor do aborto?" – A morte prematura de um debate necessário



Recentemente uma campanha no Facebook desafiou mães a postarem suas fotos grávidas como sinal de que eram "pró-vida". Ironicamente isso significava que elas eram contra o aborto, a quinta causa de mortalidade materna no país¹. Mulheres que morrem não por abortarem, diga-se de passagem, mas por que recorrem, na clandestinidade, a procedimentos inseguros, já que o aborto ainda é crime no Brasil.

Na rede social, choveram imagens das mães singelas com discursos do amor incondicional de mãe versus a crueldade das mulheres que optam por abortar. Em um país onde as decisões do Estado, dito Laico, frequentemente são influenciadas pela

religião, não surpreende que essas mulheres – e homens – opinem sobre temas públicos de acordo com as mesmas crenças pessoais. Não surpreende, mas preocupa.

Segundo uma reportagem da Agência Pública¹, a cada dois dias uma mulher morre vítima de aborto inseguro no Brasil. No total, são um milhão de abortos clandestinos e 250 mil internações anuais por complicações.

Na Semana das Mulheres, o CRESS-MG propõe a reflexão sobre a necessidade de uma discussão mais aprofundada sobre a legalização e a descriminalização do aborto.

[Confira o conteúdo completo especial para o Dia das Mulheres.](#)

Pense outra vez



A questão não é ser pró-aborto, é ser pró-escolha. É dar à mulher a liberdade de decidir sobre o próprio corpo, como pontua a artesã e ativista de movimentos sociais de BH, Gabriela Santos, grávida de seis meses, de Antônio.

"Quando falamos em direito à vida, há que se considerar também o direito à vida da mulher. Legalizado ou não, o aborto sempre existiu e existirá. Quem de nós não conhece alguém que já tenha abortado? Passar por cima da hipocrisia que criminaliza a escolha da mulher e desconsidera seus direitos é uma parte do caminho para um debate maduro", aponta.

De fato, o aborto só não é amplamente comentado pelo tabu social que o envolve, pois, pesquisas indicam que, no Brasil, uma a cada cinco mulheres com até 40 anos já abortaram². Entretanto, com a legalização e a descriminalização, mulheres, independente de cor ou classe social, poderão ter o direito básico de decidirem ser ou não mães, sem medo de serem presas, sofrerem sequelas físicas ou psicológicas ou mesmo morrerem.

[Assista o documentário "Clandestinas" \(Brasil - 2014\), sobre depoimentos de mulheres que decidiram abortar.](#)

Legalizar não é banalizar

Existe uma forte relação
entre proibir o aborto
e matar mulheres.
A lei não é eficaz em
proibir abortos, mas
é muito eficaz
em **matar** mulheres.



Interromper uma gestação nunca é uma opção fácil e planejada. Nenhuma mulher tem uma relação sexual pensando no abortamento para evitar uma gravidez indesejada. Pensamentos como este partem de muita ignorância e falta de informação, como destaca Gabriela.

“Ora, nós mulheres sabemos o quanto abortar é uma decisão difícil. Ninguém aborta a torto e a direito, não se vai a uma clínica com a leveza de quem vai ao boteco da esquina ou não se toma um remédio abortivo como se fosse um simples analgésico. Esta decisão envolve fatores sociais, físicos e psicológicos, dentre tantas outras implicações que por muitas vezes deixam a mulher em frangalhos”, diz.

O Uruguai, por exemplo, descriminalizou o aborto em 2012 e desde então houve quedas tanto no número de mortes maternas quanto no número de abortos realizados. Segundo dados apresentados pelo governo, entre dezembro de 2012 e maio de 2013, não foi registrada nenhuma morte materna por consequência de aborto e o número de interrupções de gravidez passou de 33 mil por ano para 4 mil.

Isso porque, junto da descriminalização, o governo implementou políticas públicas de educação sexual e reprodutiva, planejamento familiar e uso de métodos anticoncepcionais, assim como serviços de atendimento integral de saúde sexual e reprodutiva.

Falar em legalização e descriminalização significa falar também em regulamentação, o que presume um controle sobre o número de acessos ao serviço e, o mais importante, respeito às normas que garantam o atendimento e a manutenção da vida de quem procura o serviço.

“Com a legalização, nenhuma mulher será obrigada a passar por cima de suas crenças e valores. Esta é somente uma forma de evitar mais mortes e garantir o direito à escolha e à saúde da mulher”, completa Gabriela.

Aqui, aborto não se discute

Atualmente o aborto é considerado crime no Brasil e a pena prevista é de um a três anos no caso de aborto provocado pela gestante ou com seu consentimento e de três a dez a dez anos caso o aborto seja provocado por terceiro sem o consentimento da gestante.

O aborto não é considerado crime em apenas três situações: em caso de estupro, risco de vida da mãe e anencefalia do feto. Para mudar a legislação, a bancada feminina do Congresso Nacional vem lutando há anos para pôr a legalização do aborto em pauta, entretanto, atualmente não há nenhum projeto de lei significativo sobre o assunto.

E a depender do atual presidente da Câmara Federal, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), o tema ficaria arquivado por mais alguns anos na Casa Legislativa. Em fevereiro, o deputado afirmou que o aborto só seria discutido no Congresso Nacional por cima de seu cadáver, representando bem a composição mais conservadora que o legislativo federal tem desde a ditadura.

Os desafios no legislativo são grandes, já que em um espaço com pouca representatividade feminina como o Congresso, as questões da mulher pouco interessam, como pontua Gabriela.

"O aborto não é um assunto de interesse de quem está ali. Em especial por ser um tema polêmico, uma ação que 'não dá voto'. Boa vontade política e clareza do papel de um servidor público também fariam bem aos nossos parlamentares, uma vez que legislatura não é para atender às suas crenças particulares e sim, ao conjunto da sociedade. As bancadas religiosas, que vêm crescendo a cada pleito, também são fatores impeditivos para essa pauta, uma vez que esses representantes insistem em carregar seus dogmas no 'mal' exercer de suas funções", completa.

Assim, cabe aos movimentos sociais, às entidades comprometidas com a garantia dos direitos humanos, e a categorias profissionais como o Serviço Social incitar na sociedade o debate maduro sobre este que é um tema tão caro para todas as mulheres: o direito de decidir sobre seu próprio destino.

O CRESS-MG afirma seu posicionamento favorável à legalização do aborto, visto que a categoria de assistentes sociais tem um compromisso ético-político com a autonomia e a liberdade humana, o que inclui a defesa pela garantia do direito das mulheres de decidirem sobre seu próprio corpo e destino.

Defendemos, em consonância com as deliberações do Conjunto CFESS-CRESS, um aborto legal e seguro como um direito reprodutivo, constitutivo dos direitos humanos, entendendo que este se trata de questão de saúde pública e de direito sexual e reprodutivo das mulheres, e que deve ser tratado na perspectiva de um Estado Laico.

Diretoria se reúne com funcionários da Sede para incentivar sindicalização



A defesa dos direitos da classe trabalhadora é um compromisso do Serviço Social e o CRESS-MG, como órgão representante da categoria de assistentes sociais, emprega essa característica também com seus/suas trabalhadores/as.

Foi com esse pensamento que a atual gestão, Seguindo na Luta, se reuniu com os funcionários da Sede, na última sexta-feira, 20 de março, em Belo Horizonte, para conversar sobre a importância da sindicalização.

A iniciativa - que foi proposta de campanha de chapa durante as eleições do Conjunto CFESS-CRESS em 2014 - teve o objetivo de fomentar o interesse dos/as trabalhadores/as sobre seus direitos, a fim de que possam estar aptos a cobrar melhores condições de trabalho.

O atual presidente do CRESS-MG, Leonardo David, lembra que é fundamental participar das reuniões e negociações convocadas pelo Sindicato dos Empregados de Conselhos e Ordens de Fiscalização do Exercício Profissional de Minas Gerais (Sindecufe) - atual órgão de defesa dos funcionários do Conselho -, pois as decisões aí tomadas incidem diretamente na vida de cada trabalhador/a.

“É no trabalho que nos constituímos como sujeitos. Como assistentes sociais e atual gestão do CRESS-MG, queremos que cada vez mais amadureça o processo de

conscientização política da classe trabalhadora e devemos fazer nossa parte para contribuir com esse processo", comenta Leonardo.

Há quase 20 anos trabalhando na Sede, a coordenadora administrativa adjunta de patrimônio, compras e contratos, Elaine Oliveira, já integrou a diretoria do Sindecofe e comenta sobre a importância da sindicalização.

"Após alguns anos afastada, voltei a me sindicalizar no ano passado. O sindicato é o órgão responsável por lutar pelos direitos dos funcionários e, uma vez filiados, podemos cobrar dele uma ação mais direta", afirma.

CRESS-MG diz NÃO à redução da maioridade penal



Nesta quarta-feira, 25 de março de 2015, será votada na Câmara dos Deputados a Proposta de Emenda Constitucional 171/93 que trata da redução da maioridade penal e, neste momento, o CRESS-MG reafirma seu posicionamento contrário à medida e convoca a categoria para também tomar partido neste debate.

A PEC se encontra na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados (CCJC), aguardando parecer sobre sua admissibilidade, bem como o requerimento do Deputado Eduardo Cunha ao plenário da Câmara dos Deputados, para apreciação, em caráter de urgência, do Projeto de Lei nº 7.197, de 2002, do Senado Federal, que acrescenta os arts. 104 e 105 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para permitir a aplicação de medidas socioeducativas aos infratores que atingirem a maioridade penal.

Dessa forma, serão duas questões a serem votadas em um mesmo dia: a redução da idade penal e aumento do tempo de internação sem limite mínimo de idade (alteração do art. 105 do ECA).

Em consonância com o posicionamento do Conjunto CFESS-CRESS, o CRESS-MG é contrário à redução da maioridade penal e da ampliação do tempo de internação de

adolescentes no sistema socioeducativo e, nesta oportunidade, convoca a categoria a se mobilizar, [informando-se sobre as consequências nefastas que a aprovação da medida pode trazer para crianças e adolescentes](#), e atuando ativamente, por meio do [envio de e-mails aos deputados federais](#) com o objetivo de provocá-los a votar de forma contrária à PEC 171/93.

Estado e sociedade não podem ceder e/ou propalar apelos e interpretações que, equivocadamente, remetem a adolescentes e jovens a responsabilidade pela escalada da violência na sociedade. Significa ceder a uma visão social de mundo que afasta a questão do real contexto que a produz, uma sociedade que gera desigualdade e que tem múltiplas expressões da violência, que ganha espaço na grande mídia e nas estatísticas nacionais e que resulta em políticas restritivas, quando o fenômeno é meramente associado à criminalidade.

Temos, então, o campo fértil para brotar e proliferar toda forma de preconceito e intolerância de que adolescentes têm sido vítimas na condição de cumpridor de medida socioeducativa, inclusive no interior dos espaços da política.

Espera-se, portanto, que os deputados e as deputadas sejam capazes de sustentar um projeto político que seja fundado nos marcos normativos e democráticos a serviço da Política de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Por isso, reafirmamos: não à penalização das medidas socioeducativas, em defesa do ECA e da efetivação do Sinase!

Com informações do [CFESS](#).

CRESS-MG convoca categoria para se mobilizar ativamente contra a redução da maioridade penal



O CRESS-MG convoca a categoria para pressionar deputados/as a votarem CONTRA a redução da maioridade penal. A Proposta de Emenda Constitucional (PEC 171/1993) pretende passar de 18 para 16 anos a idade penal, podendo comprometer o futuro de milhões de jovens brasileiros.

Pensando nessa mobilização, diversas entidades em prol dos direitos de crianças e adolescentes se reuniram e criaram uma ferramenta que facilita o envio de e-mail aos/deputados federais para pressioná-los a votar contra a PEC em questão.

[Clique aqui para conhecer!](#)

Entenda o processo da votação

O Conjunto CFESS-CRESS é veementemente contra a aprovação da medida. Conheça os argumentos e entenda o processo da votação que está em andamento no Congresso Nacional.

Após aprovação da admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 171/93 pela Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania (CCJC), em 31 de março, a Comissão Especial da Câmara dos Deputados, criada para analisar o mérito da proposta, aprovou o parecer do relator, deputado Laerte Bessa (PR-DF), no dia 17 de junho.

O resultado é que, caso aprovada a PEC no plenário da Câmara, a maioridade penal no Brasil será ampliada aos maiores de 16 anos e menores de 18, nos casos de crimes previstos no art. 5º, inciso XLIII da Constituição Federal; homicídio doloso; lesão corporal grave; lesão corporal seguida de morte e roubo com causa de aumento de pena.

O presidente do CFESS, Maurílio Matos, explica que "a Comissão Especial, nesse processo, demonstrou posturas extremamente autoritárias e antidemocráticas, a

exemplo da não realização de todas as sessões que poderiam ter sido convocadas para concluir os trabalhos”.

Isso, pois, das até 40 sessões possíveis, foram realizadas 22; além disso, dos 63 requerimentos de audiência pública, apenas 12 foram efetivamente realizadas; não houve paridade de posições na composição das mesas nas audiências públicas e, ainda, bastante tumulto na audiência do dia 10 de junho, quando a polícia legislativa utilizou gás de pimenta para conter manifestantes presentes, tendo inclusive detenções de estudantes representantes da União Nacional dos Estudantes (UNE) e da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES). Em consequência, a sessão do dia 17 de junho, que aprovou o parecer favorável à redução da idade penal teve seu acesso limitado e controlado, o que contraria regras democráticas do parlamento brasileiro e afronta o direito ao acesso e à livre manifestação.

Agora, a votação no plenário da Câmara

O próximo passo é a votação no plenário da Câmara em dois turnos, com quórum qualificado de 2/3 dos deputados e deputadas, o que significa 308 votos para aprovação da matéria. Uma das ações articuladas da qual o CFESS participou se deu por meio de visitas a cada parlamentar, levando material, informações e diversos argumentos contrários à redução. Esse trabalho foi de extrema importância, pois tornou possível reverter algumas posições de parlamentares indecisos/as.

Agora, é fundamental a mobilização para uma forte presença no plenário da Câmara no próximo dia 30 de junho, quando se iniciará o primeiro turno da votação.

“Frente ao posicionamento do Conjunto CFESS-CRESS, que, ao longo dos últimos Encontros Nacionais, vem aprovando uma agenda contrária a qualquer alteração constitucional, defendendo a implementação integral do Estatuto da Criança e do Adolescente (Eca) e do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), o CFESS convida a categoria e estudantes a reafirmarem a posição que se coaduna com os princípios que norteiam o projeto ético-político profissional do Serviço Social brasileiro”, conclama o presidente do CFESS, Maurílio Matos.

[Conheça o folder do CFESS, com os argumentos defendidos pelo Conselho Federal](#)

Leia também:

[Assistente social defende os direitos de crianças e adolescentes](#)

Com informações do CFESS.

DIGA NÃO À REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL!



Boletim Eletrônico Especial - 29 de junho de 2015

O CRESS-MG É CONTRA A REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL

Nesta terça-feira, 30 de junho, a Câmara dos Deputados irá votar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que reduz de 18 para 16 anos a idade penal para crimes graves.

Por se tratar de uma PEC, a matéria precisará de, no mínimo, 308 votos para ser aprovada. Se passar, ela terá ainda que ser votada em segundo turno na Câmara e depois em dois turnos no Senado.

O texto original previa a redução em todos os casos, mas, após acordo entre os partidos, o texto foi alterado para prever punição somente aos jovens que cometerem crimes hediondos (como latrocínio e estupro), homicídio doloso (intencional), lesão corporal grave, seguida ou não de morte, e roubo qualificado.

Assistente social diz NÃO À REDUÇÃO

Ainda assim, o CRESS-MG, mantém-se contrário à redução da maioridade penal, em consonância com todo o Conjunto CFESS-CRESS, por acreditar que a medida não seria a solução para reduzir a criminalidade entre os jovens.

Estado e sociedade não podem ceder e/ou propalar apelos e interpretações que, equivocadamente, remetem a adolescentes e jovens a responsabilidade pela escalada da violência na sociedade. Significa ceder a uma visão social de mundo que afasta a questão do real contexto que a produz, uma sociedade que gera desigualdade e que tem múltiplas expressões da violência, que ganha espaço na grande mídia e nas estatísticas nacionais e que resulta em políticas restritivas, quando o fenômeno é meramente associado à criminalidade.

Temos, então, o campo fértil para brotar e proliferar toda forma de preconceito e intolerância de que adolescentes têm sido vítimas na condição de cumpridor de medida socioeducativa, inclusive no interior dos espaços da política.

Espera-se, portanto, que os deputados e as deputadas sejam capazes de sustentar um projeto político que seja fundado nos marcos normativos e democráticos a serviço da Política de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Interfira nesta decisão! Ainda há tempo!



O CRESS-MG convoca a categoria para se mobilizar CONTRA a redução da maioridade penal!

Entidades em prol dos direitos de crianças e adolescentes se reuniram e criaram uma ferramenta que facilita o envio de e-mail aos/deputados federais para pressioná-los a votar contra a PEC em questão. A votação é amanhã, 29 de junho!

[Veja como é simples enviar a mensagem!](#)

Para quem ainda tem dúvidas de que a REDUÇÃO NÃO É A SOLUÇÃO



CRESS-MG apoia luta do Fórum dos Trabalhadores/as do Suas de Nova Lima



Na última segunda, 29 de junho, o CRESS-MG participou, à convite do Fórum Municipal dos Trabalhadores do SUAS de Nova Lima (FTSUAS-NL), da Audiência Pública para fortalecer a luta dos/as trabalhadores/as contra o pacote de ajuste fiscal apresentado pelo governo ao Ministério Público.

Na oportunidade, o presidente do Conselho, Leonardo David, destacou a importância da organização e resistência dos/as trabalhadores/as em defesa da política pública de Assistência Social e das demais políticas sociais setoriais, reafirmando que as medidas apresentadas pelo governo municipal reduzem o atendimento à população e demonstra a fragilidade de planejamento do governo.

Na ocasião, foi apresentado um conjunto de propostas para que o poder legislativo encaminhe ao governo. Veja a seguir:

1. Apresente uma planilha detalhada com todas as despesas do município para que seja verificada a presença de despesas desnecessárias;
2. Promova corte de cargos comissionados;
3. Reduza o salário do alto escalão, inclusive do Prefeito;
4. Busque alternativas nos outros entes federados. (Governo Estadual, Federal);
5. Apresente um detalhamento das contas públicas, apresentando uma série histórica dos últimos 5 anos;
6. Apresente o Planejamento Estratégico de todas as áreas com ações e projeções de investimento e custeio;

7. Por fim, que o Executivo garanta que não exonerará servidores concursados e não cortará nenhum direito adquirido.

O CRESS-MG manifesta total apoio à luta dos/as trabalhadores/as e reforça a importância de permanecerem firmes e fortes na luta pelo fortalecimento das políticas públicas e pela valorização dos/as trabalhadores/as.

[Conheça o Facebook do FT Suas-NL!](#)

Atuação com gestantes usuárias de drogas e falaciosa guerra às drogas são temas de matéria exclusiva do site Publicações



O uso de drogas legais ou ilegais determina a incapacidade de uma gestante de cuidar de seus filhos? Quais direitos estão sendo realmente garantidos quando, com a justificativa de preservar a integridade de uma criança, é suspenso o direito à maternidade a uma usuária de drogas?

As perguntas têm sido problematizadas por assistentes sociais de maternidades e unidades básicas de saúde da capital mineira desde a divulgação, no ano passado, das recomendações 5 e 6 da 23ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude Cível de Belo Horizonte. As medidas indicam que psicólogos e assistentes sociais desses campos de atuação enviem à Vara da Infância e Juventude relatórios dos casos de recém-nascidos de usuárias de drogas para que estes sejam encaminhados a acolhimentos institucionais.

Serviço Social neste debate

Os fundamentos, valores e princípios do projeto hegemônico do Serviço Social brasileiro oferecem as bases para um trabalho profissional competente e comprometido com as conquistas históricas que afirmam a liberdade, a democracia, a justiça social com equidade e, conseqüentemente, recusam o arbítrio, o conservadorismo, o autoritarismo, o preconceito e a discriminação.

As possibilidades históricas e particulares de efetivação desse projeto só podem ser apreendidas e articuladas pelos profissionais se estes assumirem uma postura crítica

diante de suas condições de trabalho, das forças profissionais e políticas presentes nos diferentes processos nos quais seu trabalho se insere.

Em casos como os das polêmicas recomendações da 23ª Promotoria de Belo Horizonte, a requisição de uma postura crítica supõe que o assistente social analise com radicalidade o significado ético e político daquelas recomendações, ou seja, seu impacto sobre a vida e os direitos das mães e das crianças, como opina Cristina Brites, assistente social, professora do Curso de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense - campus Rio das Ostras - e representante do CFESS no Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (Conad) entre 2011 e 2013.

“Supõe uma reflexão crítica sobre a direção social das respostas profissionais produzidas por aquela orientação ideológica e implica num esforço teórico e ético de apreensão das determinações sócio-históricas que incidem sobre a prática do consumo de psicoativos na sociedade contemporânea, na apreensão dos mecanismos de controle social e de dominação da classe trabalhadora presentes nos espaços sócio-ocupacionais. Supõe, ainda, uma reflexão ética sobre os valores, as concepções e representações que o próprio assistente social possui em relação ao consumo de psicoativos, visando identificar em que medida suas orientações valorativas estão em consonância com aquelas conquistas históricas que fundam os princípios e valores éticos da profissão”, completa.

Acolhimento em último caso

A realidade de mães usuárias de drogas é antiga nos serviços de saúde. Realidade vivida também pela equipe do Hospital Sofia Feldman, localizado na região norte de Belo Horizonte. A instituição que é referência em parto humanizado atende principalmente mulheres moradoras das regiões norte e nordeste da capital. Com a divulgação das recomendações 5 e 6 da 23ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude Cível de Belo Horizonte, pouca coisa mudou no procedimento já adotado pela equipe multidisciplinar, como explica a assistente social Elizabeth Caetano.

“Temos pouco tempo com a gestante. Nesse período, conversamos com ela, com o acompanhante, com a família e com a equipe do centro de saúde de referência para decidirmos o que será feito. O acolhimento institucional é sempre a última opção e acontece quando realmente sabemos que a criança pode correr riscos caso não seja encaminhada”, diz.

A assistente social conta que o período da gestação também é visto pela equipe como um momento que pode incentivar a mãe a abandonar o vício e, nesse caso, encaminhar o recém-nascido para o acolhimento poderia condená-la a consumir ainda

mais drogas. Entretanto, Elizabeth pondera que por se tratar de um vício não basta a mulher querer abandoná-lo.

“A dependência química é uma doença e deve ser tratada com acompanhamento qualificado. Não basta apenas dar a alta e deixar essa mãe ir pra uma casa sem o auxílio de profissionais aptos a acompanhá-la. Já que prezamos tanto pela presença da mãe com o filho, deveríamos repensar, por exemplo, por que ainda não existem casas de recuperação que aceitem mulheres com bebês”, argumenta.

Confira, no site [Publicações](#), a versão estendida desta matéria, com abordagens de Cristina Brites sobre a falaciosa guerra às drogas no Brasil e a violação de direitos por trás de iniciativas como as tomadas pela 23ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude Cível de Belo Horizonte.

CRESS-MG/Seccional Uberlândia lança Nota de Apoio à Ocupação Vitória em Campo Florido

NOTA DE APOIO E ESCLARECIMENTO À OCUPAÇÃO VITÓRIA

O Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais, entendendo que deve defender de forma intransigente os artigos fundamentais do Código de Ética profissional, vem a público manifestar esclarecimento e apoio às 900 famílias da Ocupação Vitória, de Campo Florido, município de pequeno porte do interior de Minas Gerais, região do Triângulo Mineiro. A referida ocupação encontra-se com ordem de despejo determinada judicialmente, conforme comunicado oficial do Estado de Minas Gerais, e posteriores veiculações na mídia.

A ocupação existe há sete meses e tem o apoio de várias instituições, universidades públicas e privadas e movimentos sociais, como as Brigadas Populares, a Comissão Pastoral da Terra Minas Gerais, Tribunal Permanente dos Povos – TPP (Roma), Associação Brasileira de Defesa dos Direitos Coletivos – ADC, Comissão de Movimentos Sociais e Direitos Humanos da 14ª Subseção da OAB/MG, Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra – MST, CSP Conlutas, CTB, Instituto Caio Prado Júnior – Uberaba, Associação dos Trabalhadores Rurais Acampados da Fazenda Barra do Peixe, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campo Florido, Diretório Central dos Estudantes da UFTM, Movimento Cristão AVIVAÇÃO, Sinte-Med, Sinprominas, Fórum dos Trabalhadores de Uberaba, Sindicato dos Mototaxistas de Uberaba.

A Ocupação Vitória já possui planejamento urbanístico e formas de participação popular através de espaços democráticos de decisões. Estas ações demonstram que é possível lutar por um espaço urbano que garanta a organização social e os direitos fundamentais.

O CRESS-MG vem acompanhando, através de reuniões, o processo jurídico referente à Ocupação Vitória. No dia 17 de agosto recebemos, na Seccional de Uberlândia, a visita da gestora da Assistência Social do município de Campo Florido, a assistente social Juliana Cançado, que na ocasião estava acompanhada do Coordenador do CRAS, o psicólogo Guilherme Farias. Neste ato estavam presentes Ana Lúcia Kamimura, coordenadora desta Seccional e a agente fiscal Kelle Souza. Foi informado pelos representantes de Campo Florido quanto à visita de representante da Secretaria de Direitos Humanos do Estado de Minas Gerais, e, também, um assessor do deputado Geraldo Pimenta. Eles solicitaram ao município a realização de um cadastro das famílias que estão acampadas na Ocupação Vitória para conhecer de fato quem e quantos são os que ali estão, uma vez que o Movimento informa serem aproximadamente 900 famílias e os representantes do poder público de Campo Florido

afirmam não serem sequer 100 famílias e que, por isso, não veem a necessidade de fazer este cadastro, pois haverá reintegração de posse em no máximo 02 dias, a contar do dia 17/08, e o prefeito irá encaminhar estas pessoas para se alojarem em um galpão.

Durante todo o diálogo, a gestora afirmou que não deixaram de atender os usuários do acampamento, “apenas” não foram ao acampamento por “orientação” do assessor jurídico da prefeitura da cidade e, também, porque não seriam bem recebidas. Questionamos se já haviam feito alguma tentativa de aproximação com os acampados e nos foi dito que não, porque na entrada do acampamento há uma placa de “proibida a entrada sem autorização”. Também afirmou que a situação já tomou uma dimensão política. Diante das considerações da prefeitura, a Seccional Uberlândia/ CRESS-MG afirmou que esta é de fato uma situação política e não poderia desmerecer a questão.

Mediante estas afirmativas, reiteramos a necessidade de reconhecer todos os acampados, que são trabalhadores/as (em condição de desemprego ou não) e, também, reconhecê-los/as como sujeitos de direitos e usuários/as das políticas sociais do município. Ratificou-se também o indicativo dos representantes da Secretaria Estadual de Direitos Humanos acerca da necessidade do cadastro para efetivação do trabalho socioassistencial, que é obrigação dos servidores públicos do município.

A Seccional Uberlândia/ CRESS-MG foi questionada de como seria feito o cadastro, se seria necessário solicitar documento (perguntou se seria necessário pedir holerite) e esclareceu-se que esta não era uma ação fiscalizatória, assim como todo o trabalho desenvolvido pela Secretaria. A obrigação é garantir direitos e não fiscalizar os usuários. **Também ressaltamos que não se deve, de forma alguma, criminalizar o movimento social, com base no Código de Ética Profissional, e sim buscar estabelecer uma relação dialógica, segundo Paulo Freire, respeitando e ouvindo as lógicas dos sujeitos envolvidos no processo.**

Reafirmou-se, ainda, sobre a necessidade de realização do cadastro simplificado, reforçando que é necessário considerar as singularidades dos sujeitos envolvidos no processo. Os representante do Poder Público de Campo Florido informam que conhecem todos que estão no acampamento mesmo não tendo realizado cadastro e visita à Ocupação.

Tendo em vista a reunião ocorrida em 17/08/2015 e a fiscalização realizada em 13 e 14/08/2015, junto ao Departamento de Desenvolvimento Social, CRAS Vila Junqueira, CRAS Jardim Boa Vista e sua Equipe Volante, Departamento de Saúde e Gabinete da Prefeitura Municipal de Campo Florido, foram procedidas as seguintes orientações ao

assessor de gabinete, à Secretária de Desenvolvimento Social, ao psicólogo e às quatro assistentes sociais:

Orientação sobre os princípios do Código de Ética dos Assistentes Sociais;

Não participação dos assistentes sociais no ato do despejo das famílias;

Não realizar cadastro das famílias que possam prejudicar o pleito por moradia ou qualquer outro direito e efetivar estratégias de atendimentos a famílias da ocupação;

Foi identificado que a assessoria jurídica e o prefeito solicitaram a não intervenção na Ocupação In Loco e, portanto, foram orientados a estender as ações profissionais em todo o território do município;

Necessidade de adequação das condições éticas e técnicas de trabalho, conforme Resolução 493/2006 e de garantia da jornada de trabalho de 30 horas semanais, sem redução salarial (Lei 12.317/2010)

É oportuno esclarecer que, consideramos complexa a situação fundiária rural e urbana na região, com forte defesa da propriedade privada em detrimento da vida humana. Posicionamos-nos contra qualquer tentativa de criminalização dos movimentos sociais em especial a Ocupação Vitória. Entendemos que as contradições inerentes ao sistema capitalista devem ser conduzidas na perspectiva da fruição dos direitos: humanos, sociais, civis, políticos e principalmente o direito a moradia. Manifestamo-nos no sentido de que sejam apresentadas situações reais de inserção social das famílias, assegurando direito a moradia digna com a preservação da integridade destes.

Considerando o Código de Ética dos Assistentes Sociais, seguiremos firmes na defesa intransigente dos direitos da classe trabalhadora. Conclamamos esta categoria profissional, a se colocar a serviço desta classe, com vista a distribuição e acesso igualitária as riquezas socialmente produzidas, com vistas a construção de uma outra sociabilidade, sem opressão e exploração entre classes.

Belo Horizonte, 18 de agosto de 2015.

**Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais (CRESS-MG) –
Seccional Uberlândia**

**Gestão Seguindo na Luta - Pelo fortalecimento da categoria em defesa do
projeto Ético-Político (2014-2017)**

CARTA ABERTA AOS/ÀS ASSISTENTES SOCIAIS A RESPEITO DA ATUAÇÃO EM CASO DE DESALOJAMENTO COMPULSÓRIO DE FAMÍLIAS

A Ocupação Vitória teve início em fevereiro de 2015, com a chegada de cerca de 900 famílias, de acordo com a imprensa e conforme tivemos conhecimento, através de uma visita ao local. Está localizada em terreno abandonado, às margens da BR 262, município de Campo Florido, região do Triângulo Mineiro (MG). A especulação imobiliária, a ausência de Política Habitacional e a intensa migração de trabalhadores rurais para servir de força de trabalho às usinas e plantações de cana de açúcar nos latifúndios da região têm sido um dos principais fatores que motivaram a Ocupação da Área.

O CRESS-MG tomou conhecimento, por meio de matéria no Jornal da Manhã, de 05/08/15, ["Comandante da Polícia Militar garante desocupação para dia 10"](#), do despejo imediato das famílias da Ocupação Vitória. A matéria informa que a ação envolveria a participação de policiamento militar e que "A reintegração de posse está marcada para o dia 10 de agosto. 'Só não ocorre se a liminar for cassada na Justiça'".

O CRESS-MG vem a público se posicionar e orientar os profissionais quanto à forma de enfrentar essas situações de desalojamento compulsório de famílias, tendo como referência os princípios do nosso Código de Ética Profissional, bem como, no documento intitulado "Princípios Básicos e Orientações para casos de ameaça de despejos", elaborado pela Relatoria Especial para Moradia Adequada da Organização das Nações Unidas - ONU, os quais seguem listados abaixo, sendo:

- As famílias que serão atingidas devem ter tempo e condições de participar efetivamente de todo o processo. Isso inclui desde a participação nas discussões sobre a necessidade da obra até aquelas sobre a elaboração de projetos alternativos e de propostas de remoções que prejudiquem menos as condições de sua convivência e subsistência;
- Todos têm o direito de saber por que terão que sair, para onde e quando vão e como será a mudança. Todas estas informações têm que estar facilmente acessíveis com bastante antecedência, devem ser apresentadas por escrito e redigidas de maneira clara no idioma e linguagem dos afetados.
- A remoção não pode resultar em pessoas ou comunidades desabrigadas;
- Depois de realizada a obra, a melhor alternativa é que todos voltem para a terra ou a casa em que estavam antes do projeto. Se isto for impossível, deve haver acordo sobre

o local e o modo como se dará o reassentamento, inclusive sobre prazos e condições da remoção.

- O reassentamento deve ocorrer antes de começar a obra, ser próximo e em condições iguais ou melhores do que o lugar onde as famílias estavam; não pode gerar segregação ou discriminação contra os moradores; deve ser acompanhado por políticas públicas de compensação e reinserção, garantindo a continuidade no acesso a escola, trabalho, tratamentos de saúde, fontes de renda, mercados e transporte.
- O Estado deve garantir assistência social e jurídica a todos os afetados. Isso inclui o direito de audiência e o direito de acesso a aconselhamento ou assistência jurídica gratuita.
- Quem vai ser removido tem que ser avisado com antecedência, ter apoio e tempo suficiente para fazer a mudança. Remoções não podem ser realizadas sob chuva, à noite, durante e antes dos exames escolares ou durante feriados religiosos. Além disso, as pessoas afetadas têm direito a guarda e transporte de seus objetos pessoais com respeito e segurança; Representantes do governo e observadores independentes devem estar presentes durante as operações de despejo.
- Antes, durante e depois da remoção, todos devem ter garantidas boas condições de acesso a saúde, educação, trabalho, renda e outros; atenção especial deve ser dada às necessidades das mulheres e de pessoas e grupos vulneráveis ou discriminados.
- Indenização justa deve ser paga por todas as perdas sofridas, inclusive colheitas, e danos não materiais, como restrições a salários e ao acesso a educação. Todos devem ser compensados por danos e pela perda da propriedade, terra ou moradia independentemente de terem títulos ou documentação legal de propriedade. Mulheres e homens devem ser co-beneficiários em pacotes de compensação.
- É proibida qualquer forma de violência ou intimidação ou destruição de bens antes, durante ou depois da remoção. Denuncie!

É mister destacar que o Código de Ética do/da Assistente Social se posiciona na defesa radical dos princípios éticos e na busca de alternativas nos espaços políticos para enfrentamento à violação dos direitos.

A questão urbana é pauta recorrente na agenda do Conjunto CFESS-CRESS, compreendendo que a defesa do direito à cidade está na luta pelo acesso universal aos serviços, na distribuição democrática dos bens produzidos, traduzido na luta pela defesa da construção de um modo de viver com ética, pautado na igualdade e liberdade substantivas e na equidade social.

Faz-se absolutamente necessário que a categoria se posicione firmemente contrária à violação ao direito à moradia e à cidade, à qual vem sendo acometidas as famílias moradoras de assentamentos precários em processos de desabjamento compulsório, em função das mais diversas intervenções urbanas, tanto por parte do poder público quanto de iniciativas particulares.

O CRESS 6ª Região/MG convoca aos Assistentes Sociais a reafirmar seu posicionamento crítico, sabedores de que a nossa contribuição à política pública de habitação é um caminho para a defesa de uma sociedade justa e igualitária. Gestão Seguindo na Luta - Pelo fortalecimento da categoria em defesa do projeto Ético-Político (2014-2017).

Suspensão o desalojamento de famílias da Ocupação Vitória em Campo Florido



O desalojamento forçado de cerca de 900 famílias que vivem na Ocupação Vitória, no município de Campo Florido, estava marcado para o dia 20 de agosto, numa ação que violaria uma série de direitos humanos dos/as ocupantes.

Baseados em princípios de garantia dos direitos humanos e acesso aos direitos básicos, que incluem moradia digna, saúde, educação e saneamento básico, o CRESS-MG/Seccional Uberlândia, assim como outras entidades, manifestaram-se contra a desocupação que seria realizada pela Polícia Militar (PM) e, no dia 19 de agosto, a ação foi suspensa pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

[Releia aqui a nota de apoio e as orientações do Setor de Orientação e Fiscalização do CRESS-MG a assistentes sociais em situações de desalojamento compulsório de famílias.](#)

Trâmites

Irredutível, o juiz da 2ª Vara Cível, Fabiano Rubinger de Queiroz, reiterou ao 4º Batalhão de Polícia Militar sobre o cumprimento da liminar, a qual, até então, não havia sido suspensa pelo Tribunal, de acordo com matéria do Jornal da Manhã, de Uberaba. No documento, ele explicou que o mandado de segurança determinava apenas que a medida fosse cumprida em observação aos tratados internacionais, quanto aos direitos humanos e dentro das diretrizes da própria PM.

Garantiu, ainda, que inexistia obrigatoriedade legal ao Judiciário, ao Executivo e à Polícia Militar de dar local de moradia para os ocupantes. "A ocupação foi irregular e ilegal, devendo ser cumprida a medida o mais breve possível", destacou o juiz em ofício encaminhado no dia 12/08 ao comandante do 4º BPM, o tenente-coronel Waldimir Soares Ferreira.

Ao cair da tarde da última quarta-feira, 19, no entanto, o desembargador Caetano Levi Lopes, em decisão monocrática, acatou "embargos de declaração" propostos pelos assentados e suspendeu a reintegração de posse até que seja informado, nos autos, se houve o cumprimento das diretrizes da PM, solicitados no mandado de segurança.

De acordo com Caetano, "até ser feita a comprovação, suspendo, no uso do poder geral de cautela, toda e qualquer operação visando ao cumprimento do mandado de reintegração de posse expedido pelo magistrado que preside o processo".

A nota encaminhada à redação do JM, pelo juiz, destaca que desde que demonstrado ou reiterado nos autos do processo, pela Polícia Militar, o planejamento exigido por lei, a medida liminar de reintegração de posse "poderá ser cumprida a qualquer momento". Já o comandante do 4º BPM, em contato com a reportagem, afirmou que a operação prevista para o dia 20/08 foi cancelada.

[Com informações de Jornal da Manhã/Uberaba Online.](#)

Imagem: Reprodução.

Nota de apoio e esclarecimento sobre o atentado ocorrido contra os profissionais que atuam na Ocupação Vitória

Como já manifestado neste site, o CRESS-MG, que defende de forma intransigente os artigos fundamentais do Código de Ética profissional, está acompanhando de perto a Ocupação Vitória, de Campo Florido, município de pequeno porte do interior de Minas Gerais, região do Triângulo Mineiro.

No dia 26/08/2015, o advogado do referido movimento social, Sr. Eder Ferreira, e sua esposa, a assistente social, Mariana Furtado Arantes, sofreram um atentado, tendo sua casa invadida. Foram roubados apenas os processos referentes à Ocupação Vitória, o computador e um par de brincos, sendo deixados para trás muitos objetos de valor. Antes do ocorrido, o casal já vinha recebendo ameaças. Entende-se que esse atentado, somado às constantes ameaças, são tentativas sórdidas dos donos do poder de desmobilizar o movimento, impondo medo e insegurança. Tentam, assim, cercear a democracia, especialmente o direito de lutar por direitos.

Sabe-se que a luta pela terra atinge o cerne do capital e historicamente, não raro, culmina em conflitos graves com violência e morte. O CRESS-MG preocupa-se com essa situação e considera o referido atentado um ataque à liberdade e aos direitos humanos. Mesmo após o ocorrido e apesar dos riscos, os profissionais envolvidos já deixaram claro que não irão se intimidar e que continuarão na defesa intransigente dos direitos humanos.

O CRESS-MG se põe ao lado das/os assistentes sociais, que corajosamente estão lutando e efetivando o projeto ético-político da profissão nas ações de fortalecimento e defesa dos interesses da classe trabalhadora. Em especial, destaca-se a atuação das assistentes sociais Mariana Furtado Arantes, Luana Braga, Gabriela Abrahão Masson, Qelli Rocha, Daniela Santos Néspoli e Ana Carolina P. Ros.

Consideramos complexa a situação fundiária rural e urbana na região, com forte defesa da propriedade privada em detrimento da vida humana. Posicionamo-nos contra qualquer tentativa de criminalização dos movimentos sociais, em especial à Ocupação Vitória. Solicitamos aos órgãos responsáveis que atuem na investigação dessas ameaças e que garantam a segurança para as famílias e para os profissionais que têm se dedicado à defesa do direito à moradia e à justiça social, possibilitada a partir da função social da propriedade constitucionalmente garantida.

CRESS-MG: Sede (BH), Seccional Uberlândia, Seccional Juiz de Fora e Seccional Montes Claros

Posicionamento do CRESS-MG sobre o Serviço Social Autônomo

Desde de 2014, a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PBH), por meio aprovação da Lei Municipal nº 10.754, de 19 de Setembro de 2014, que a autoriza o Poder Executivo a instituir o Serviço Social Autônomo Hospital Metropolitano Doutor Célio de Castro, conhecido como “Hospital Metropolitano do Barreiro”, vem aprofundando o processo de terceirização dos serviços públicos da capital.

Obedecendo a uma lógica mercantilista e pragmática, a PBH vem respondendo diretamente às necessidades do capital e dos serviços oferecidos no mercado. Ela aprovou a proposta que prevê a instituição de parceria público-privada para manter e prestar serviços de saúde em todos os níveis de atendimento da unidade, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

A responsabilidade da Saúde foi transferida para o Serviço Social Autônomo. A PBH participa apenas dos conselhos administrativo e fiscal, além de integrar a diretoria da instituição.

O agravante desta proposta de gestão de serviços públicos é a determinação de que os funcionários sejam contratados por seleção simplificada e sejam submetidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Desse modo, podemos perceber um flagrante ataque à possibilidade de contratação de Servidores Públicos com vínculo de trabalho em cargos efetivos e continuados.

A história se repete

Não bastasse a entrega da Saúde nas mãos da iniciativa privada, a PBH está apresentando novamente uma proposta de Lei para terceirizar os serviços da Política Pública de Educação e de Assistência Social.

É o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que organiza a Política Pública de Assistência Social que está prevista na Constituição Federal, por meio da Seguridade Social, ao lado da Saúde e da Previdência Social. A Assistência Social, como política pública, deve ser garantida para a população de forma gratuita. Logo ela não é contributiva, do mesmo modo da Saúde.

Em 2011, o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais (Sindibel) apresentou ao Ministério Público denúncia que levou a PBH a firmar um termo de ajustamento de conduta (TAC) para regularizar a situação dos terceirizados. De acordo com um levantamento feito pelo Sindibel, em 2010, 57% do quadro de pessoal da prefeitura - que contava com 35 mil servidores - era composto por profissionais contratados sem concurso. Eles foram admitidos por intermédio de empresas terceirizadas ou de

entidades vinculadas à administração municipal, como a Associação Municipal de Assistência Social (Amas). O promotor de Justiça de Defesa do Patrimônio Público, Eduardo Nepomuceno, na oportunidade esclareceu que a prefeitura teve que firmar o TAC após o Supremo Tribunal Federal (STF) não ter reconhecido a legalidade do Inciso 4º do Artigo 155 da Lei Municipal 9.011/2005, determinado a nomeação obrigatória de candidatos aprovados em concursos públicos.

Realizado o Concurso Público e a nomeação de centenas de servidores, dentre eles assistentes sociais, a PBH avança com a tentativa de fragilizar as relações de trabalho da Política de Assistência Social, apresentando o Projeto de Lei 1.581/2015, que prevê a criação do Serviço Social Autônomo em substituição à AMAS.

Segundo o Sindibel "o PL é uma tentativa da PBH de contratar pessoas para atuarem nas políticas públicas de Assistência Social e Educação sem que o trabalhador tenha vínculo direto com a prefeitura. A proposta, elaborada de forma unilateral sem a participação da sociedade e de entidades ligadas ao tema, caminha no sentido da terceirização de serviços nessas áreas, transferindo boa parte destas obrigações ou deveres do ente público para uma instituição de caráter autônomo e secundário."

O que o Serviço Social tem a ver com isso?

A questão discutida pela categoria, além das implicações da prestação de serviços, é a utilização da expressão Serviço Social.

A despeito da criação desta entidade, é preciso observar a sua denominação - Serviço Social Autônomo. Eis que se utiliza de uma nomenclatura que indica uma profissão regulamentada por lei, de caráter técnico-científico de nível superior.

A Lei 8662/93, em seu Artigo 15, estabeleceu, "in verbis":

Art. 15 - É vedado o uso da expressão "Serviço Social" por quaisquer pessoas do direito público ou privado que não desenvolvam atividades previstas nos artigos 4º e 5º desta lei.

Parágrafo Único: "As pessoas de direito público ou privado que se encontram em situação mencionada neste artigo terão o prazo de noventa dias, a contar da data da vigência desta lei, para processarem as modificações que se fizerem necessárias a seu integral cumprimento, sob pena de medidas judiciais cabíveis."

Importa ainda salientar que os Artigos 4º e 5º acima citados, referem-se às competências e atribuições privativas do assistente social no exercício da profissão.

Neste sentido, estamos empenhados na luta pela garantia que a legislação seja cumprida.

Nossa Defesa!

O CRESS-MG tem como missão fiscalizar, orientar, disciplinar e defender o exercício profissional do assistente social em Minas Gerais, visando a qualidade da formação e da prestação dos serviços profissionais, preservando os direitos da população atendida e as prerrogativas da profissão.

O CRESS-MG atua em conjunto com as entidades organizativas da categoria (ABEPSS, Conjunto CFESS-CRESS e ENESSO) de forma articulada às lutas da classe trabalhadora, em defesa da ampliação e universalização dos direitos e das políticas públicas, da socialização da política, do fortalecimento dos movimentos sociais e da participação em espaços estratégicos de democracia participativa, na perspectiva de contribuir para o fortalecimento de uma cultura política com direção emancipatória e respeito à diversidade. Cumprindo, assim, com os compromissos e a direção social expressos no projeto ético-político do Serviço Social.

A Constituição Federal do Brasil determina que o trabalho em cargo ou emprego público requer a aprovação em concurso público. Este possibilita o acesso de forma ampla e democrática, já que qualquer pessoa que esteja legalmente habilitada para exercer sua profissão (no caso o Serviço Social) pode ter acesso, por meio de prova, a uma vaga no setor público.

Já faz certo tempo que órgãos públicos vêm deixando de ser “cabides de emprego” de familiares de políticos e governantes. E o concurso público tem contribuído muito para esta mudança de perfil, já que permite o acesso às vagas de maneira justa, democrática e transparente. Além disso, o concurso constitui um processo igualitário, por meio de provas de conhecimento igual para quem se candidata, impedindo o favorecimento e o clientelismo.

A realização de concurso público deve sempre respeitar os direitos trabalhistas e a legislação profissional. Também é fundamental ressaltar a estabilidade, que dá maior segurança aos vínculos empregatícios. O resultado são trabalhadores mais organizados e preparados para discutir seu papel dentro das instituições, bem como qualificados para realizar seu trabalho.

O trabalho de assistentes sociais nas políticas sociais e nos serviços sociais onde atuam, juntamente com outras categorias profissionais, possibilita viabilizar o acesso a direitos como saúde, educação, previdência social, assistência social, trabalho, entre

outros. Com concursos e garantia de condições de trabalho, o resultado é um serviço público com mais qualidade afastando as práticas voluntaristas, leigas e clientelistas.

CONTRA A PRIVATIZAÇÃO, MERCANTILIZAÇÃO E DESMONTE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS. NENHUM DIREITO A MENOS!

Absurdo: Prefeitura de Nova Lima demite servidores em estágio probatório

Desde maio de 2015, o prefeito de Nova Lima, Cássio Magnani Junior, vinha declarando que a prefeitura estava em déficit orçamentário e que a Lei da Responsabilidade Fiscal não estava sendo atendida. A solução para tal situação, na infame percepção do prefeito, era demitir servidores públicos em estágio probatório. Ela ameaçou os trabalhadores até o último sábado, 29, quando realizou uma exoneração em massa.

Os servidores estão revoltados e o CRESS-MG, que já estava participando de mobilizações junto ao Fórum Municipal dos Trabalhadores do SUAS de Nova Lima (FTSUAS-NL), continuará na luta contra a precarização dos serviços públicos, exigindo uma administração responsável, em que os recursos sejam gerenciados a partir das demandas da população e com total transparência e planejamento. Afirmamos, também, que o servidor público jamais deve ser culpabilizado por decisões equivocadas de uma prefeitura que não governa a partir dos interesses de sua cidade e pelas melhorias locais.

Repetimos a seguir os pontos que foram apresentados ao poder legislativo, para encaminhamento junto ao prefeito, durante uma audiência pública que foi pleiteada pelo FTSUAS-NL.

1. Apresente uma planilha detalhada com todas as despesas do município para que seja verificada a presença de despesas desnecessárias;
2. Promova corte de cargos comissionados;
3. Reduza o salário do alto escalão, inclusive do Prefeito;
4. Busque alternativas nos outros entes federados. (Governo Estadual, Federal);
5. Apresente um detalhamento das contas públicas, apresentando uma série histórica dos últimos 5 anos;
6. Apresente o Planejamento Estratégico de todas as áreas com ações e projeções de investimento e custeio;
7. Por fim, que o Executivo garanta que não exonerará servidores concursados e não cortará nenhum direito adquirido.

O CRESS-MG exige a abertura do diálogo e o atendimento das demandas apresentadas! Precarizar e demitir jamais solucionarão os problemas presentes em uma gestão que trabalha contra a cidade!

Riscos e impactos negativos da aprovação do PL5069/13

O CRESS-MG também é contra a aprovação do PL5069/13. Leia, a seguir, a carta endereçada a deputadas/os e assinada por diversas entidades de apoio à mulher.

Deputados e Deputadas,

*É urgente que digam **NÃO ao PL 5069/2013**, pois sua aprovação significa um enorme retrocesso para a vida de mulheres e meninas.*

Com o objetivo inicial de aumentar ainda mais a criminalização da interrupção da gravidez, o substitutivo do PL que agora está sob sua apreciação propõe impedir a prevenção de gravidez para os casos de estupro, ou seja, retroceder no que hoje é um direito.

*Aprovar esse projeto é ser conivente com uma grave injustiça que recai sobre as vítimas de violência sexual. O Código Penal de 1940 tinha uma definição limitada quanto ao crime de estupro, que foi aprimorada com o artigo 2º da Lei 12.845, de 2013, que define estupro como "qualquer forma de atividade sexual não consentida". O PL 5069/2013 propõe a supressão desse importante artigo e, com isso, impõe às mulheres e meninas **a necessidade de exame de corpo de delito para comprovar a violência sexual**.*

Se os senhores aprovarem esse PL, mulheres e meninas serão novamente submetidas à "Via Crucis" da revitimização, da violência do Estado, para que possam "comprovar" os abusos e violências que sofreram.

*Este projeto de lei expressa, em sua proposta original e no seu substitutivo, **a insensibilidade, o machismo e a truculência legislativa** que desconsideram a realidade cruel da violência sexual contra mulheres e meninas. Na prática, serão negados procedimentos de atenção em saúde importantes para que vítimas de violência possam retomar suas vidas, tais como **a anticoncepção de emergência e o direito ao aborto legal e seguro nos casos já previstos em lei. Que utilidade pública teria essa nova legislação além de impor ainda mais sofrimento às mulheres e meninas?***

A proposta ainda penaliza os (as) profissionais de saúde que realizarem o atendimento. Dessa forma, aqueles (que) que porventura auxiliem nos casos de aborto (mesmo previstos em lei) teriam pena que vai de 5 a 10 anos de prisão. Um verdadeiro absurdo!

Essa proposta é, sem dúvida, inconstitucional, visto que a dignidade da pessoa humana é fundamento do Estado Democrático de Direito. De maneira complementar, o direito à saúde é garantido na Constituição Federal em sua integralidade, portanto as vítimas de violência têm direito a um atendimento à saúde digno e integral, não lhes podendo ser negado nenhum acesso a meios, métodos ou insumos que visem a melhoria da sua condição de saúde.

*Senhores Deputados, **negar o atendimento dos casos de violência sexual e/ou abortamento é omissão de socorro e criminalizar os (as) profissionais de saúde que prestam essa assistência é, mais uma vez, colocar em risco a vida das mulheres brasileiras.***

*Para os devidos esclarecimentos: o método de anticoncepção de emergência (AE) que se pretende proibir, também conhecido por "pílula do dia seguinte", utiliza compostos hormonais concentrados e por curto período de tempo, nos dias seguintes do contato sexual. Diferente de outros métodos anticonceptivos, **a AE tem indicação reservada a situações especiais ou de exceção, com o objetivo de prevenir gravidez inoportuna ou indesejada, como nos casos de estupro. Ou seja, é indicada para que a vítima não seja obrigada ao risco e consequência de uma gravidez advinda de violência sexual.***

Esse atendimento em saúde é o que se chama de "profilaxia da gravidez"! Portanto, é importante que se esclareça que profilaxia da gravidez não é aborto.

Por fim, lembramos a Vossas Excelências que, somente 2013, foram notificados 22.914 casos de violência sexual contra pessoas do sexo feminino. Em 33,4% dos casos as vítimas foram meninas de 10 a 14 anos; em 33,4% dos casos, meninas de 15 a 19 anos e; em 23,3% dos casos, mulheres de 20 a 59 anos.

É por razões como esta que o PL 5069/2013 não pode prosperar!

Isso é o que metade desta nação, mulheres e meninas brasileiras, esperam dos (as) Deputados e Deputadas.

Assinam esta nota:

Anis – Instituto de Bioética

Articulação de Mulheres Brasileiras

[Camtra – Casa da Mulher Trabalhadora](#)

[Católicas pelo Direito de Decidir](#)

[Casa da Mulher Catarina](#)

[Central Única dos Trabalhadores - CUT](#)

[CFEMEA](#)

[CLADEM Brasil](#)

[Consulta Popular](#)

[Grupo Curumim – Brasil](#)

[Fórum de Mulheres do DF](#)

[Liga Brasileira de Lésbicas](#)

[Movimento Estratégico pelo Estado Laico](#)

[Marcha Mundial das Mulheres](#)

[Rede Feminista de Saúde](#)

[REF – Rede economia e feminismo](#)

[SOF – Sempre viva organização feminista](#)

[União Brasileira de Mulheres](#)

Nota de Repúdio à Prefeitura Municipal de Betim

O Conselho Regional de Serviço Social - CRESS 6ª Região, entidade que orienta, normatiza, fiscaliza e defende o trabalho de assistentes sociais no Estado de Minas Gerais, vem a público manifestar seu repúdio à decisão da Prefeitura Municipal de Betim, de não aceitar a apresentação do documento de identidade profissional emitido pelo CRESS como documento de identidade a ser apresentado pelos assistentes sociais que participavam do Processo de Seleção Pública.

Consta na denúncia e devidamente comprovada através da apresentação de cópia do documento assinado pela Coordenadora responsável pela aplicação de provas do Processo Seletivo Simplificado SEMED/SEMAS 001/2015, na Escola Municipal Angela Maia, que no último dia 15 de novembro, *"após o início das provas, segundo orientação da Coordenação Geral do Processo, as assistentes sociais Ediléia Alves da Silva, Gisele Viviane da Silva Pereira, Jacqueline Fabiana da Silva e Jéssica Paula Carvalho Gandra foram convidadas a se retirar das salas, sem concluírem as provas, em virtude de não terem apresentado a cédula de identidade, conforme procedimento adotado em todas as outras Escolas, atendendo ao previsto no edital."*

O cerne da questão está em saber se a Carteira de Identidade profissional do Assistente Social pode ser utilizada como documento hábil a comprovar a identificação e qualificação para atos da vida civil em substituição ao RG e CPF.

A priori é necessário esclarecer que a LEI Nº 6.206, DE 7 DE MAIO DE 1975 dá valor de documento de identidade às carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional e dá outras providências, nos seguintes termos:

Art 1º É válida em todo o Território Nacional como prova de identidade, **para qualquer efeito**, a carteira emitida pelos órgãos criados por lei federal, controladores do exercício profissional. (grifamos)

Observe-se que a Lei não limitou os casos em que ela pode ser utilizada como documento de identidade e, como destacou – de forma irretocável – **para qualquer efeito**, a equiparação refere-se ao documento como um todo, sem distinguir entre os elementos primários e secundários. (grifamos)

A Lei nº 8.662, DE 7 de junho de 1993, que dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências, em seu art. 17, confirma a validade da Carteira de Identificação Profissional, a saber:

Art. 17. A Carteira de Identificação Profissional expedida pelos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) servirá de prova para fins de exercício profissional e de Carteira de Identidade Pessoal, e terá fé pública em todo o território nacional.

A Resolução CFESS nº 582/2010, por sua vez, regulamenta a emissão da Carteira e da Cédula de Identidade Profissional nos seguintes artigos:

Art. 68 - A legitimidade para o exercício da profissão de Assistente Social é comprovada mediante apresentação de documentos de identidade profissional expedidos pelo CRESS.

Art. 69 - Os documentos de identidade profissional fornecidos pelo CRESS são os seguintes:

I. Carteira de Identidade Profissional;

II. Cédula de Identidade Profissional.

Parágrafo Primeiro: O documento de que trata o item I deste artigo conterá, além da fotografia 3 x 4 do inscrito, nome por extenso, filiação, nacionalidade, naturalidade, data do nascimento, número de registro no CRESS, número de Registro Geral (RG) da Carteira de Identidade, título de que é portador, nome da Unidade de Ensino na qual se diplomou, data da expedição do Diploma ou Título, data do registro no CRESS respectivo, sede do exercício profissional, local e data da expedição da Carteira, assinaturas do Presidente e 1º Secretário do CRESS e do portador, impressão digital do polegar direito do profissional.

Parágrafo Segundo: A Cédula de Identidade Profissional conterá no anverso, além da respectiva fotografia e impressão digital do polegar direito do profissional, número de registro no CRESS, número de Registro Geral (RG) da Carteira de Identidade, número do CIC, tipo sanguíneo, nome completo, data da expedição, assinatura do Presidente do CRESS. No verso, constará filiação,

nacionalidade, naturalidade, data de nascimento, expedidor do diploma, data de registro no CRESS e assinatura do profissional.

Parágrafo Terceiro: É vedado ao assistente social proceder anotações na Carteira de Identidade Profissional, bem como ao CRESS registrar nesta as penalidades sofridas pelo profissional.

Art. 70 - Os documentos de identidade profissional fornecidos pelos CRESS têm fé pública nos termos da Lei 6.206 de 08/05/75. (grifamos)

Art. 71 - Os Assistentes Sociais usarão, obrigatoriamente, o respectivo número de registro antecedido da expressão A.S. nº e a sigla de seu CRESS e deverão usar a expressão SEC quando a inscrição for Secundária.

Art. 72 - O documento de identidade profissional deverá ser atualizado sempre que ocorrer modificação da situação original, devendo ser solicitada as mudanças por meio de requerimento e documento comprobatório da alteração da situação civil, sendo expedida nova via.

Art. 73 - A exibição do documento de identidade profissional poderá ser exigida por quem de direito, a fim de se verificar a habilitação profissional do assistente social.

Art. 74 - Em caso de extravio da Cédula de Identidade Profissional, o interessado deverá requerer a expedição de nova via, mediante requerimento, acompanhado da publicação do extravio em jornal de grande circulação e/ou declaração de próprio punho, sob as penas de lei e/ou boletim de ocorrência expedido pela autoridade policial competente, e mediante o pagamento da respectiva taxa.

Art. 75 - A Cédula de Identidade Profissional danificadas serão recolhidas pelo CRESS e substituídas, mediante requerimento e pagamento das respectivas taxas.

Parágrafo Primeiro: A nova Cédula de Identidade Profissional deverá conter a indicação "2ª Via".

Parágrafo Segundo: As segundas vias da Cédula de Identidade Profissional manterão, obrigatoriamente, todas as antigas anotações, conforme consta do prontuário de registro no CRESS.

Art. 76 - Somente ao CFESS compete a iniciativa da confecção, controle e distribuição dos documentos de identidade profissional aos CRESS.

Verifica-se, pois, que as normas acima indicadas conferem à Carteira de Identidade Profissional o status de documento de identidade. É fato notório que, todos os profissionais de categoria se utilizam de suas cédulas de identidade para se apresentarem perante a qualquer órgão, e inclusive para se identificarem em provas de concurso, dentre a prática de outros atos da vida civil que vão desde os mais simples, como o cadastro em lojas, até os mais complexos, como a lavratura de escritura públicas de venda e compra de imóvel e até mesmo para o exercício do sagrado direito de voto.

Assim é que, no lugar do geralmente antigo RG e do cartão do CPF, tem-se apresentado a Cédula de Identidade Profissional, quase sempre mais atualizada, e que traz, num só documento, os dados mais relevantes dos outros dois juntos.

Essa irreversível constatação não pode ser ignorada a pretexto de uma suposta e não comprovada insegurança, como da forma que ocorreu, no dia da prova do concurso público realizado pelo Município de Betim, sob pena de se adotar posicionamento retrógrado na contramão da realidade.

Em conclusão, que a Cédula de Identidade Profissional do Assistente Social, goza de fé pública e equivale a documento de identidade em todo o território nacional, de modo que, apresentada em sua via original ou em cópia autenticada e dentro do prazo de validade, **não pode ser recusada de forma alguma, inclusive da forma vexatória e discriminatória como foi efetuada.**

Entendimento contrário implicaria negativa de vigência ao art. 5º, II, da Constituição Federal, pois, de acordo com o princípio da legalidade nele descrito, ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei. E, como há lei federal que confere à Cédula de Identidade Profissional o status de documento de

identidade, sua recusa como tal violaria não só a Lei nº 6.206/75, mas o próprio art. 5, II, da Lei Maior.

Assim o CRESS-MG vem a público REPUDIAR a decisão da Prefeitura Municipal de Betim em, não aceitando o documento de identidade profissional emitido pelo CRESS como documento de identidade, impedir que as Assistentes Sociais tivessem o direito de concorrer e participar do Processo seletivo para o qual se inscreveram, e na oportunidade reafirmar o nosso compromisso com a defesa desta profissão e dos seus instrumentos normativos.

Carta aberta dos assistentes sociais contra o conteúdo do edital do INSS

Assistentes sociais do INSS divulgaram carta aberta contra o conteúdo do edital do concurso para o cargo de Analista do Seguro Social com formação em Serviço Social, com o objetivo de que seja feita a retificação dos trechos referentes às competências e atribuições dos profissionais. O CRESS-MG apoia esta luta!

[Clique aqui](#) para ler o conteúdo na íntegra, também disponível abaixo.

O documento também pode ser assinado virtualmente, [clique aqui](#).

CARTA DOS ASSISTENTES SOCIAIS DA PREVIDÊNCIA CONTRA O CONTEÚDO DO EDITAL DO CONCURSO PARA O CARGO DE ANALISTA DO SEGURO SOCIAL COM FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

No último dia 22 de dezembro, foi publicado o edital nº 01/2015, referente ao concurso para técnicos e analistas do seguro social. O referido edital, que era muito aguardado por quem tem como projeto profissional a carreira no serviço público federal, oferta, dentre as demais vagas, cerca de 150 para o cargo de analista do seguro social para profissionais com formação em Serviço Social.

Essas vagas são fruto de uma grande luta travada pela categoria profissional das/os assistentes sociais, principalmente pelas/os profissionais que já fazem parte dos quadros do INSS, bem como pelas entidades da categoria profissional (a exemplo do Conjunto CFESS/CRESS) e de outras entidades da sociedade civil organizada (sindicatos, associações e demais movimentos sociais). A ampliação dos serviços da política de seguridade social, enquanto direito dos trabalhadores, contribui para a construção de uma previdência pública e de qualidade, voltada para a lógica ampliada da seguridade social, e não para a visão restritiva do seguro social. Além disso, a publicação desse edital representa uma importante vitória, diante de uma conjuntura político-econômica adversa, com o pragmatismo das propostas de austeridade e ajustes fiscais que representam um ataque e ameaça ao serviço público e ao conjunto da classe trabalhadora brasileira.

Contudo, apesar dessa conquista, ainda que com uma oferta de vagas muito aquém das reais necessidades do órgão, nós, assistentes sociais do Instituto Nacional do

Seguro Social – INSS, ficamos extremamente inquietados em relação ao teor do documento. O edital do concurso, claramente, contrapõe-se ao exercício de nossas atribuições e competências profissionais e tenta legitimar ações institucionais que ferem os princípios da profissão e da nossa autonomia profissional, estando em desacordo com o que define o Art. 88, da Lei 8.213/91 e da Lei 8.662/93. Isso fica claro quando “novas” (e estranhas) atividades são imputadas às/aos assistentes sociais no INSS, a exemplo do que observamos no item 2.1.1 e, principalmente, no item 2.3 deste edital, que dão margem a práticas de “desvio de função”, “assédio moral” e “subutilização” da força de trabalho desses profissionais dentro da Previdência Social.

Infelizmente, a investida dos que pretendem descaracterizar a atuação do Serviço Social dentro do INSS não é inédita. Em mais de 70 anos de existência e atuação na previdência social brasileira, o Serviço Social, por várias vezes, teve seu conteúdo ético-político, ou mesmo sua legitimidade profissional, ameaçados dentro da instituição. Contudo, a todas essas tentativas de fragilizar e até mesmo de extinguir o Serviço Social na Previdência, respondemos com mobilizações políticas coletivas, articulando-nos com importantes segmentos dos segurados e demais usuários do INSS, o que nos garantiu importantes vitórias na nossa trajetória de lutas e resistências. E assim novamente o faremos!

O INSS apresenta defasagem de seu quadro de servidores há muito tempo, o que implica em falta de investimentos e péssimas condições de trabalho e de prestação de serviços à sociedade. Nesse sentido, sabemos que o certame aberto não suprirá a necessidade real do instituto, especialmente para os cargos a serem ocupados pelas/os assistentes sociais.

O Serviço Social se constitui em um serviço diferenciado dentro da estrutura do INSS e se legitimou a partir do reconhecimento de seus usuários e do conjunto da sociedade brasileira. Enquanto trabalhadoras/es desse instituto, continuaremos lutando pela ampliação da previdência social brasileira. Por isso, continuaremos levantando a bandeira de luta por mais investimentos em capacitação e pelo aumento do número de servidores no instituto, com melhoria na qualidade dos serviços prestados à população brasileira e a garantia de melhores condições de trabalho. Portanto, repudiamos e combateremos ações que visam a precarização das condições de trabalho e incentivam o assédio moral e os desvios de funções dentro do INSS, como é o caso do conteúdo apresentado no referido edital.

Por fim, exigimos a retificação imediata do item 2.1.1 e a extinção por completo do item 2.3 do edital, que tratam das competências e atribuições privativas do cargo de analista do seguro social com formação em Serviço Social.

Assistentes Sociais do INSS

Nota de repúdio

O Conselho Regional de Serviço Social – 6ª Região (CRESS-MG) endossa a [indignação manifestada pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação \(ANPEd\)](#) e reforçada pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss) sobre a parceria entre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e a mineradora Vale.

Além dos altos e constantes impactos ambientais e sociais que ocorrem em Minas Gerais em função da atividade mineradora, o estado sofre agora as gravíssimas consequências do maior acidente ambiental ocorrido no Brasil, sob responsabilidade da Samarco (empresa subsidiária da Vale).

Conforme divulgado no [Manifesto de Belo Horizonte](#), em novembro de 2015, o Conjunto CFESS/CRESS repudia que os interesses do grande capital prevaleçam sobre a vida das pessoas atingidas por este crime e exige punição aos culpados. [Leia a nota de repúdio da Abepss.](#)

Minas Gerais. Os ladrilhos hidráulicos, elementos que pertencem a tantas construções históricas do estado, têm destaque. As figuras humanas são lembradas e o ramo que estampa edições da capa do Código de Ética da/o Assistente Social, desenhado pelo artista, Arthur Bispo do Rosário, também está presente.

Portanto, suavidade, Minas Gerais, caminhos, pessoas, Serviço Social, ética e 80 anos são algumas das palavras-chave que podem nortear as criações.

[Confira aqui](#) mais informações sobre a arte.

Você também pode se inspirar no grande artista brasileiro, Gonzaguinha:

"Toda pessoa é sempre as marcas de outras tantas pessoas. E é tão bonito quando a gente entende que a gente é tanta gente onde quer que a gente vá. É tão bonito quando a gente sente que nunca está sozinho por mais que pense que está."

Nota Técnica sobre Auxiliar de Assistência Social

O CRESS-MG, por meio da Comissão de Orientação e Fiscalização (COFI), encaminhou um ofício para o Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS) no sentido de compartilhar a percepção do surgimento de vagas para cargo intitulado “Auxiliar de Assistente Social”, em diversos municípios de Minas Gerais. De acordo com o documento: “As análises da descrição das atividades postas para o cargo, no geral, não ferem as normativas do Serviço Social visto que a forma de descrição destas atividades em edital faz com que estas se aproximem mais do campo administrativo. Entretanto, é preciso observar primeiramente, que não há curso de nível médio que seja análogo ao Serviço Social, e mesmo se houvesse, entende este Conselho, que as ações a serem desempenhadas por um auxiliar nos espaços dos serviços de CRAS, CREAS e outros previstos no SUAS, este apoio não poderia ser exclusivo ao profissional Assistente Social, visto que tais serviços tem na composição de suas equipes técnicas profissionais de outras formações”.

Diante disso, o CEAS deliberou em Plenária a elaboração de nota técnica com esclarecimentos aos municípios sobre as irregularidades na criação do cargo Auxiliar de Assistente Social, que foi enviada a todos os Conselhos Municipais de Assistência Social. [Clique aqui para ler o documento na íntegra.](#)

Vamos juntos em defesa da manutenção da integralidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) para garantir a oferta de serviços socioassistenciais da política de assistência social nos níveis da proteção social básica e especial, da obrigatoriedade dos recursos orçamentários vinculados ao Sistema, respeito ao cumprimento do Plano Decenal (2016-2026) construído para garantir a efetivação dos serviços socioassistenciais, o atendimento dos usuários e o fortalecimento da política de assistência social como direito de cidadania.

Neste momento, o CRESS 6ª Região participa desta luta contra as medidas do poder público para retroceder os avanços que esta política alcançou, e convoca a todas/os assistentes sociais a estarem presentes, segurando e defendendo esta bandeira.

CRESS-MG manifesta sua posição sobre os movimentos mineiros de defesa da Seguridade Social pública

NOTA DO CRESS-MG À CATEGORIA E À SOCIEDADE

O Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais – CRESS 6ª Região, autarquia federal que fiscaliza, orienta, disciplina e defende o exercício profissional do assistente social em Minas Gerais, com objetivo de garantir a qualidade da prestação dos serviços profissionais, preservando os direitos da população atendida e as prerrogativas da profissão vem a público manifestar sua posição sobre os movimentos mineiros de defesa da Seguridade Social pública, organizados a partir da nova conjuntura política brasileira.

O CRESS-MG atua em conjunto com as entidades organizativas da categoria (ABEPSS, Conjunto CFESS-CRESS e ENESSO) de forma articulada às lutas da classe trabalhadora, em defesa da ampliação e universalização dos direitos e das políticas públicas, da socialização da política, do fortalecimento dos movimentos sociais e da participação em espaços estratégicos de democracia participativa, na perspectiva de contribuir para o fortalecimento de uma cultura política com direção emancipatória e respeito à diversidade. Cumprindo, assim, com os compromissos e a direção social expressos no projeto ético-político do Serviço Social.

A crise capitalista e a reprodução do trabalho na atualidade, tem exigido o que Elaine Behring ressaltou no 4º Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais (2016): "É preciso resistir contra a barbárie que estamos vivendo hoje no Brasil. E essa resistência deverá ser feita em cada local de trabalho. Estamos aqui pela humanidade!".

Consideramos que o cenário brasileiro atual exige uma reflexão crítica e comprometida com os interesses da classe trabalhadora e não com governos. Deste modo, acompanhamos a posição dos participantes do 4º Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais, considerando que os últimos acontecimentos no cenário político pressupõem atentado à democracia tendo em vista que, ao que parece, o atual governo se encontra composto de cidadãos que respondem por crimes de responsabilidade, inclusive advindos da Operação Lava Jato. É uma temeridade que o país esteja em mãos de políticos impregnados da pequena política e de compromissos com o capital rentista. Contudo, temos a compreensão de que um duro ajuste fiscal já estava em curso no governo impedido, e que apenas as lutas sociais poderiam contrapor.

Diante do exposto, o CRESS-MG, por meio de seus/suas Diretores/as estão participando das Frentes em Defesa da Seguridade e contra os desmontes anunciados pelo governo interino de forma crítica e propositiva, sabendo que, por vezes, os interesses internos estão em disputa. Todavia, a Gestão Seguindo na Luta - Pelo

fortalecimento da categoria e em defesa do projeto ético-político (2014-2017), mantém-se firme na defesa intransigente da direção do Conjunto CFESS-CRESS, buscando se posicionar expressamente em defesa da concepção ampliada de Seguridade Social presente na carta de Maceió (2000), entendida como um padrão de proteção social de qualidade, com cobertura universal para as situações de risco, vulnerabilidade ou danos dos cidadãos brasileiros.

Assim, orientamos aos Núcleos de Assistentes Sociais (NAS) e os/as Assistentes Sociais Mineiros que participem das mobilizações em defesa da Seguridade Social, contra os desmontes promovidos pelos governos e concentrar nosso posicionamento refletindo sobre condições de trabalho na Assistência Social, na Saúde, na Previdência; no (des)financiamento; nos modelo de gestão e outros aspectos que identifiquem o desmonte das políticas públicas de Seguridade Social. Citamos como exemplo o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que apresentou avanços nos últimos anos como modelo de Gestão da Política de Assistência Social, contudo, estes avanços, por meio do conjunto de benefícios, serviços, programas e projetos socioassistenciais, não foram suficientes para avançarmos em melhores condições de trabalho para os/as profissionais, de qualidade de oferta de serviços, de condições infraestruturais dos equipamentos públicos (CRAS, CREAS, e outros), com destaque para o parco financiamento e co-financiamento dos entes federados para a política de assistência social.

Na Saúde, podemos observar que os novos modelos de gestão trazem sérios prejuízos à Sociedade, aos Trabalhadores e ao Erário causados pelas Organizações Sociais (OSs), pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSERH e residências Terapêuticas, estas colidindo com as conquistas alcançadas com a reforma psiquiátrica.

A previdência social foi subordinada ao Ministério da Fazenda, perdendo com isso seu status de direito de seguridadesocial, já que estará regida pela lógica da política econômica do ajuste fiscal. É sabido que as contrarreformas propostas pelos governos, com a falácia do Déficit da previdência, tem anunciado profundas mudanças nos direitos previdenciários, configurando-se que as elites financeiras nunca aceitaram os direitos sociais garantidos na Constituição e utilizam velhos mitos para atacar a Previdência e capturar seus recursos.

Mantemos o compromisso com a direção estratégica e crítica do Serviço Social Brasileiro e com as lutas mais gerais da classe trabalhadora.

CRESS-MG lança nota de repúdio pelo veto do prefeito de BH ao PL das 30h

NOTA DE REPÚDIO AO VETO DO PREFEITO DE BELO HORIZONTE

No último sábado, 3 de setembro, o prefeito de Belo Horizonte, Márcio Lacerda, vetou o Projeto de Lei 1.944/2016 que prevê as 30 horas semanais sem redução salarial para as e os trabalhadores do Sistema Único da Assistência Social (Suas). O PL foi aprovado pela unanimidade dos/as vereadores da capital, contudo, o prefeito não respeitou o processo realizado na Câmara Municipal.

Lamentamos profundamente esta atitude de Lacerda, que deveria prezar pelo compromisso com os/as profissionais, cotidianamente expostos/as a jornadas extenuantes e alto grau de estresse, decorrentes das pressões sofridas no exercício de seu trabalho junto à população, que por sua vez está submetida a situações de pobreza e violação de direitos.

A aprovação do Projeto de Lei equipararia os/as assistentes sociais e psicólogos/as às demais profissões da Saúde que já conquistaram legalmente jornada semanal de 30 horas ou menos, assim, a legislação já reconhece a vários dessas categorias profissionais o direito à jornada de trabalho diferenciada devido às condições específicas de trabalho. Lidar com vidas humanas pode trazer impactos negativos à saúde dos/as profissionais que atuam nessa frente e, conseqüentemente, à qualidade do serviço prestado ao público usuário. Adoecimentos físicos e mentais não são novidades no setor saúde, assim como a necessidade e, por vezes dependência, de medicamentos para seguir trabalhando.

A lei tem a intenção explícita de reduzir a jornada de trabalho para garantir melhores condições para o trabalho dos/as profissionais, tendo em vista as peculiaridades de suas atividades. A redução da jornada semanal de trabalho de assistentes sociais e psicólogos, sem perda salarial, é uma causa justa e impactará principalmente na qualidade dos serviços prestados as e aos usuários das políticas públicas, uma vez que esta mudança contribui na luta por melhores condições de trabalho e se insere na luta pelo direito ao trabalho com qualidade para toda a classe trabalhadora.

Contamos com os/as vereadores/as que aprovaram o Projeto de Lei para que se mobilizem novamente e DERRUBEM o veto do prefeito de Belo Horizonte e garantindo, assim, os direitos da lei para assistentes sociais e psicólogos/as da Prefeitura de Belo Horizonte.

Belo Horizonte, 5 de setembro de 2016.

Conselho Regional de Serviço Social - Gestão Seguindo na Luta (2014-2017).

#ResisteIzidora – CRESS-MG lança nota de apoio às Ocupações da Izidora, em BH



Nesta quarta-feira, 28 de setembro, o órgão máximo do Tribunal de Justiça de Minas Gerais irá julgar o processo que envolve as comunidades da Izidora, situadas na Zona Norte de Belo Horizonte, em que se encontram alojadas cerca de oito mil famílias.

Levando em consideração a forma violenta com que o governo de Minas Gerais vem reagindo quando se trata de despejos, e a presença de crianças e idosos/os entre quem mora nas três vilas que integram a Ocupação Izidora (Rosa Leão, Esperança e Vitória), o despejo iminente representa sérios riscos à vida destas pessoas. Os últimos realizados na Região Metropolitana de Belo Horizonte vêm sendo marcados pela ação truculenta da Polícia Militar, tendo o CRESS-MG acompanhado de perto alguns deles, como o da Eliana Silva, em 2011.

Além disso, no caso da Izidora, até o momento, nenhuma alternativa foi apresentada às famílias: não há plano de remoção, como determina o Ministério das Cidades, a mesa de diálogo com o Estado está suspensa há meses e não há sequer um cadastro das famílias que lá habitam. Não foram reveladas informações sobre o destino das famílias, sendo anunciado apenas a existência de um imóvel, do qual se oculta qualquer informação, chegando a apresentar uma lista com duas mil caixas de papelão para realizar a remoção, demonstrando que o poder público não tem dimensão do conflito que enfrenta.

Diante dessa situação alarmante, entendendo que a moradia é um direito de todas e todos e defendendo que a terra deve cumprir sua função social e não a meramente especulativa, como impõe a ordem capitalista, o CRESS-MG

apoia as Ocupações Izidora em seu movimento de resistência e de luta pela justifica social.

Enquanto morar for um privilégio, ocupar será um direito!

Resiste, Izidora! O CRESS-MG apoia esta luta!

Entenda o caso

A comunidade Izidora começou em 2013 e hoje conta com cerca de 8 mil famílias, nas ocupações Rosa Leão, Esperança e Vitória. As mais de 5 mil residências de alvenaria foram construídas pelos moradores com suas próprias mãos e garantem teto a essas famílias humildes. Em 2014, as ocupações sofreram com a iminência de um despejo violento. A ação da polícia foi barrada por uma decisão judicial que não permitia a reintegração de posse enquanto não fossem demonstradas alternativas dignas de acesso a educação para crianças e adolescentes.

Em 2015, as ocupações passaram por nova ameaça de despejo, que também não se concretizou graças a um mandado de segurança que questionava a ação violenta da polícia e a falta de alternativa digna para as famílias. O ministro Og Fernandes, do Superior Tribunal de Justiça, ao analisar o caso, determinou que “a desocupação da área, à força, não acabará bem, sendo muito provável a ocorrência de vítimas fatais. Uma ordem judicial não pode valer uma vida humana. Na ponderação entre a vida e a propriedade, a primeira deve se sobrepor”. Ordenou-se então, que o Órgão Especial do Tribunal de Justiça de Minas Gerais julgasse o caso.

Com informações das Brigadas Populares de Minas Gerais.

Ocupação Izidora: o despejo fica mais próximo



Dona Marta: ela viu a ocupação crescer

"Lutar, resistir e construir". As palavras que cobrem o muro da casa de Maria da Penha Barreto, uma das primeiras moradoras a chegar à [ocupação Izidora](#), na região norte de Belo Horizonte, falam sobre a batalha das cerca de 30 mil pessoas que vivem no espaço atualmente: o direito à moradia.

A parteira de 58 anos, conhecida como Dona Marta, chegou ao terreno vazio em 2013 com o companheiro e os dois filhos, e acompanhou ao longo desse tempo todas as aflições de quem vive nas comunidades que compõem a ocupação - Rosa Leão, Vitória e Esperança.

"Eu vi tanta gente vindo. Eu vi as pessoas dormindo em casas de lona preta, lembro do barulhão que fazia quando ventava. Depois, foram passando pro madeirite, pra mais tarde poder ver com meus próprios olhos aquele monte de casa se tornando casa de gente, de tijolo. Foi muita conquista e felicidade pra quererem tirar isso de nós", diz.

O sentimento de medo de um despejo forçado é generalizado na Izidora. A batalha judicial é complexa. De um lado, os proprietários do terreno de 3,5 milhões de metros quadrados querem pôr em prática o contrato milionário firmado com a Construtora Direcional e com a prefeitura para a construção do projeto imobiliário Granja Wernek.

Do outro, cerca de 8 mil famílias reivindicam seus direitos sociais, previsto no art. 6º da Constituição. Na última semana, o conflito foi apreciado pelo Tribunal Internacional

de Despejo, em Quito, capital do Equador, após ser selecionado um dos sete mais significativos do mundo entre 88 casos analisados.

O Tribunal Internacional dos Despejos é realizado por organizações da sociedade civil para discutir ameaças graves de despejo no mundo. Para Thais Lopes, uma das advogadas de defesa da Izidora, apresentar o conflito neste tribunal tem um forte significado político, por demonstrar a dimensão do caso e deixar claro que ele não está circunscrito aos limites do Brasil. Em breve, o tribunal vai enviar recomendações oficiais de conduta para as Organizações das Nações Unidas (ONU) e para o governo de Minas Gerais.

A participação dos representantes da Izidora em Quito ocorre em um momento delicado do conflito no Brasil. Por aqui, a reintegração de posse foi determinada pela 6ª Vara de Fazenda Municipal de Belo Horizonte, mas foi suspensa temporariamente em junho do ano passado por uma liminar do Superior Tribunal de Justiça (STJ). A decisão impediu a reintegração devido ao despreparo da Polícia Militar para realizar a operação.

No dia 28 de setembro deste ano, o Órgão Especial do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), composto por 25 desembargadores, negou o mandado de segurança solicitado pelos advogados de defesa da ocupação que apontava o despreparo do Estado em realizar o despejo com segurança. Agora, caiu a última barreira para a desocupação.

“Se eu pudesse dizer algo para esses desembargadores, eu diria que não se tem como julgar o que não se conhece. Eles nem mesmo sabem quantos somos nós”, diz Charlene Cristiane Egídio, 35 anos, moradora e líder comunitária da Izidora.



Na casa de Dona Marta, as palavras que exprimem a luta dos moradores (Foto: Maria Navarro)

"Nós construímos aqui não só casas, mas também um bairro, um trabalho coletivo, de solidariedade, de consciência política, sobre os nossos direitos enquanto pessoas, algo raro de se ver. Eu gostaria que antes de condenar, eles tivessem mais próximos dessa nossa realidade", afirma.

O projeto da Granja Wernek, de acordo com a Direcional, é destinado à construção de unidades habitacionais do programa [Minha Casa Minha Vida](#) – faixas 1 e 2. Segundo os critérios estipulados pelo programa, a construtora receberá 65 mil reais para cada apartamento, sendo que o contrato firmado com a Caixa Econômica Federal é de 8.896 unidades. Os três proprietários das terras seriam acionistas do empreendimento. A defesa da Izidora levantou uma dívida de 7 milhões de reais de IPTU por parte dos donos do terreno. A dívida, segundo Otávio Wernek, um dos proprietários, está em processo de negociação com a prefeitura.

Enquanto a decisão do último julgamento do TJMG que define como será feito o despejo não for publicada, moradores como Antônio Paulo dos Reis, 56 anos, vivem o medo e a aflição do despejo. "Eu moro aqui sozinho, na minha casa que construí com a ajuda dos meus irmãos. Tomo nove remédios por dia, para pressão, próstata, coração que pago com o benefício do INSS de um salário mínimo que recebo. Se a polícia vier tirar a gente daqui, eu não consigo levar no braço nem a minha própria mala", desabafa.

Para Dona Marta, é importante contar ao mundo sobre a Izidora. "Antes de qualquer ameaça, eu queria muito dizer como nós vivemos aqui. Nós batalhamos, mas também festejamos. Ano passado me casei, depois de 29 anos morando com meu companheiro", diz. "Foi uma grande festa na ocupação. Se casaram oito meninas

comigo. Aqui nós vivemos, compartilhamos alegrias. Aqui nós lutamos, ensinamos para as crianças que não somos piores nem melhores do que ninguém. Isso dá força".

Cadastro

A ausência do cadastramento oficial das famílias é um dos principais problemas enfrentados por quem vive na ocupação. A Prefeitura de Belo Horizonte, responsável por isso, afirma que realizou a contagem em 2014 por meio da Companhia Urbanizadora da cidade (Urbel), mas não soube informar o número de famílias contabilizadas no local. O governo do estado desconhece esse registro. Os advogados de defesa da Izidora consideram 30 mil pessoas residentes na região, baseados em uma contagem feita pelo Escritório de Integração do Departamento de Arquitetura da PUC Minas.

O arquiteto e pesquisador Tiago Castelo Branco, que está à frente desse cadastramento desde o início da ocupação, explica que esse trabalho foi realizado após um estudo da comunidade. "Chegamos a esse número após conversas assistidas e atentas com quem vive no local, a fim de entender como a Izidora se organiza. Mas, em 2015, com as decisões judiciais que ameaçaram fortemente realizar o despejo, tivemos que nos adiantar e terminar a contagem por meio de um voo de helicóptero minucioso. Eu digo que ali, com toda certeza, existem 30 mil pessoas", afirma.

Castelo Branco chama a atenção, entretanto, para a necessidade urgente de uma contagem oficial, feita pelo poder público. "Enquanto universidade, entendemos que esse papel não é nosso, e sim da prefeitura, do Estado. O cadastro deve ser feito casa a casa, sem ignorar ninguém. E não de forma atropelada, como a prefeitura fez, supostamente contando as 8 mil famílias em apenas dois dias", avalia.



Crianças na ocupação: o local deve ter um empreendimento imobiliário (Foto: Maria Navarro)

Durante a mesa de negociação, que foi retomada na última semana, após quase um ano paralisada, o Estado se comprometeu a realizar o cadastramento oficial com prioridade nos próximos dias. A coordenadora da mesa de diálogo e negociação do conflito, Lígia Maria Alves, representante do governo estadual, explicou que, nesta semana, será desenhada uma estratégia junto aos representantes da ocupação para a realização da contagem. "Isso era obrigação da prefeitura, mas nós iremos fazer. Vamos tentar que não se retire ninguém enquanto se faz esses cadastros. Mas dependemos também da decisão judicial. Porque decisão judicial se cumpre", disse.

O risco de que o despejo aconteça sem o cadastro, caso a publicação da decisão ocorra nos próximos dias, existe e causa medo nos moradores. "Se essa contagem for feita depois do despejo, não será uma contagem de pessoas, e sim de corpos", afirmou Charlene Cristiane Egídio durante reunião da mesa de negociação.

Segundo Thais Lopes, esse receio é justificado pela conduta de tolerância zero adotada pelo Estado com as ocupações em MG. "São 30 mil pessoas. Se a decisão for publicada antes do cadastro, há sim o risco de se violar os direitos dos moradores", explica.

A alternativa oferecida pelo Estado para as famílias, de acordo com Lígia, será definida após a realização da contagem das famílias. "Vamos fazer o cadastro, ver o perfil das pessoas. Então, é melhor não trabalhar com números. Não se sabe para onde vão essas pessoas porque não se sabe quantas elas são".

Durante uma audiência pública nos últimos dias que discutiu as alternativas contra o despejo, Eduardo Bitencourt, professor do curso de Arquitetura e Urbanismo da PUC

Minas, destacou que a solução para essas já está apresentada. "As pessoas já estão ocupadas de forma legítima", argumentou.

Como se organiza a Izidora

Ao chegar na ocupação, o chão de barro, as casas de alvenaria e a poeira fazem lembrar uma simples cidade do interior, onde os vizinhos se conhecem e as crianças brincam no meio da rua, entre pipas e bicicletas. Com o rápido crescimento das casas nos últimos anos no grande terreno abandonado, a área foi dividida em três. Menos de quatro semanas após as primeiras construções, surgiram as vilas Rosa Leão, Vitória e Esperança.

Sem comprovante de residência, quem vive no espaço enfrenta problemas frequentes para conseguir matrículas em escolas e atendimento em qualquer posto de saúde. Sem endereço fixo, também não é possível mudar a zona eleitoral para uma mais próxima, o que fez com que muitos moradores deixassem de votar no [primeiro turno das eleições municipais de Belo Horizonte](#), devido ao alto custo para se chegar até o local de votação.

O programa do governo federal Luz para Todos dá acesso à energia elétrica para quem vive no local. Por ser uma área considerada pelo poder público como invadida, porém, faltam serviços básicos aos moradores do local, como saneamento básico e serviço de limpeza urbana. Mesmo assim, a organização da comunidade surpreende. Cada uma das vilas tem grupos de coordenação do espaço. Essas associações distribuem os terrenos quando chega gente nova e fiscalizam as áreas de risco, além de representar toda a comunidade frente ao governo na luta contra o despejo.

Durante as assembleias comunitárias realizadas por essas lideranças, as famílias se reúnem para compartilhar informações e promover discussões coletivas. Nessas reuniões, moradores pensam em formas de produzir e cuidar do terreno, além de estratégias para viabilizar espaços comuns, como o centro cultural, igrejas, creches, quadras esportivas e hortas comunitárias.

Segundo Charlene Cristiane Egídio, as assembleias buscam incentivar a consciência política nos ocupantes da Izidora, colocando-os em contato com os direitos de cada um. É também o momento de informar sobre as negociações relacionadas à possível reintegração de posse do terreno, motivo que tira o sono de todos que vivem ali.

De acordo com uma das coordenadoras da associação de moradores, Eliene Veloso, comerciante de 46 anos, as três funcionam como espécies de bairros. "O problema de

uma é o problema de todas. Estamos juntos em qualquer luta e nos organizamos para ninguém sofrer. Se tem uma coisa que aprendemos vivendo aqui, foi a resistir”, diz.

Fonte: [Carta Capital](#)

Ocupações de instituições de ensino e o papel da/o assistente social



Alunas e alunos do IFNMG ocupam reitoria para reivindicar retrocessos na Educação.

O movimento das ocupações de instituições de ensino tem ganhado voz nos últimos meses. Com mais de mil escolas e universidades ocupadas em todo território nacional, estudantes questionam medidas do governo ilegítimo de Michel Temer que comprometem a qualidade do ensino gratuito, além de reivindicarem o retrocesso de direitos em outros âmbitos.

Foi por ver a ocupação como uma ferramenta de luta contra as imposições do governo que Sávio Rodrigues, 17 anos, resolveu integrar o movimento que ocupou o Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG) por 22 dias. O jovem é aluno do 2º ano técnico em Informática Integrado ao ensino Médio e é membro do grêmio da instituição, primeira da categoria a promover uma ocupação no país. Para ele, a atitude foi tomada em função de o alunado não ser ouvido de outra forma senão por meio dessas manifestações. "A ocupação se mostrou imprescindível para demonstrar nosso repúdio e também aconteceu em apoio às outras centenas de escolas ocupadas até aquele momento", conta.



O estudante Sávio, 17, participou de ocupações e diz que milita por um país mais justo e igualitário.

O estudante justifica a atitude tomada com os colegas, citando Darcy Ribeiro, que dizia que "só há duas opções nesta vida: se resignar ou se indignar". "Partindo desse pensamento, o movimento de ocupação de escolas, greves, manifestações nas ruas, fechamento de BRs entre outros, se mostra de extrema importância, pois, não podemos aceitar calados tudo que o governo nos impõe. Moramos em um país com certa liberdade de expressão e devemos saber usar isso a nosso favor", pondera Sávio.

Embora a ocupação do IFNMG tenha sido encerrada no dia 10 de novembro e mesmo com a iminência da aprovação da PEC 55, o jovem militante sabe que quase um mês ocupando sua escola serviu como experiência e o deixou mais consciente de seus direitos e do complexo cenário político em que vivemos. "Tenho sonhos para o futuro desta nação um pouco utópicos e, talvez já tenha virado jargão dizer, mas espero um país justo e sem desigualdade social" reflete.

Além do aprendizado pelo próprio processo vivenciado, o corpo discente conseguiu, com a ocupação, ampliar o diálogo com a reitoria do IFNMG. [Veja mais informações aqui.](#)

Assistente social militante, assistente social consciente

A ocupação de escolas, institutos e universidades por todo país com a participação massiva e efetiva de estudantes, sobretudo das e dos secundaristas, é fruto do aprendizado e exemplo que as e os jovens de São Paulo deram no ano passado, quando o governo Alckimin resolveu fazer uma reforma estadual no ensino médio, sem consultar e/ou debater com a comunidade escolar.

Estas primeiras ocupações no estado de São Paulo obtiveram resultado concreto, pois o governo foi obrigado a voltar atrás e rever sua iniciativa, pontua a assistente social e integrante do Movimento de Trabalhadoras/es por Direitos, Iasmin Cavalcanti. Para ela, que também faz parte da Frente Brasil Popular, no Norte de Minas, o aprendizado que tem ficado para a juventude brasileira, é que iniciativas como estas, são capazes de ter conquistas concretas.

“A ocupação de escolas é algo novo na nossa realidade, mas, com certeza, não é algo que aconteceu do nada, historicamente os movimentos sociais populares utilizam dessa ferramenta para pressionar o Estado e ter conquistas de seus direitos que não são garantidos. Podemos citar o exemplo do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que iniciou na década de 1990 as ocupações de terras improdutivas e grandes latifúndios, pra reivindicar a reforma agrária, a escola do campo, e, sobretudo o direito ao acesso à terra para produção de alimentos saudáveis”, destaca.

Na atualidade, as ocupações demonstram que as e os estudantes estão informados e politizados, sabem que a PEC 55 é um retrocesso para a juventude brasileira, e estão dispostos a lutar por seu futuro, já que a medida congela investimentos na Educação, Saúde e Assistência Social por 20 anos. E mais que isso, estas e estes jovens sabem que há ausência de investimento na área da Educação: o Plano Nacional de Educação (PNE) que prevê mais investimentos no ensino fundamental, médio e superior chegando aos 10% do PIB pra Educação, não vai acontecer. Isso significa que as chances das e dos estudantes entrarem na universidade, seja através do Enem ou do Fies, serão mínimas e, portanto, o futuro dessa juventude está comprometido.

Jovens sem capacidade de criticar é o que anseia formar o governo Temer, segundo Iasmin. “Com a PEC 55 e a Medida Provisória 746, que determina a reforma do ensino médio, retirando disciplinas obrigatórias importantes para a formação crítica, como sociologia, filosofia e artes, pretende-se formar cidadãos e cidadãos acríticos, que sirvam apenas como mão de obra barata para o mercado de trabalho. Mas a juventude não quer e não aceita isso”, pondera Iasmin.

Para ela, as e os assistentes sociais têm muito que contribuir nessa luta contra as investidas do governo federal, primeiro porque a Previdência e a Assistência Social, que já têm pouco orçamento, sofrerão com a aprovação da PEC 55. Segundo, avalia a militante, porque após a aprovação da medida, que rasga a Constituição ao meio, virão as já anunciadas Reforma da Previdência e Reforma Trabalhista, que impactam diretamente na qualidade do serviço prestado pelo Serviço Social, bem como tem efeito nefasto para a população atendida.

“Acredito que a contribuição se dá através da realização de debates com as e os usuários, a partir dos locais de trabalho, nas universidades, escolas, mas, é preciso, principalmente, que a categoria se coloque em luta, nas ruas, tendo em vista o grande número de profissionais da área que temos no Brasil. Este é o momento para que, de fato, a categoria faça o link entre o nosso Código de Ética que nos orienta a atuar com e ao lado dos movimentos populares e a realidade concreta”, observa. De acordo com a assistente social e militante, esse movimento deve ser feito através da articulação com as forças que já estão em luta e que defendem um Projeto Popular para o Brasil, pois quanto mais gente organizada nas ruas é que será possível mudar os rumos do país.

Leia também:

O Serviço Social apoia as ocupações nas escolas, institutos e universidades

Gestão: Seguindo na Luta: pelo fortalecimento da categoria e em defesa do projeto ético-político 2014-2017

